



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Situações, Trajectos e Percepções de Discriminação de Imigrantes Brasileiros e Cabo-verdianos no Mercado de Trabalho em Portugal

Marta Évora dos Santos de Oliveira Grilo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Políticas Sociais

Orientador:
Doutor Fernando Luís Lopes Machado, Professor Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2011



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Situações, Trajectos e Percepções de Discriminação de Imigrantes Brasileiros e Cabo-verdianos no Mercado de Trabalho em Portugal

Marta Évora dos Santos de Oliveira Grilo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Políticas Sociais

Orientador:
Doutor Fernando Luís Lopes Machado, Professor Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2011

Agradecimentos

Para a realização deste trabalho foi fundamental o apoio de várias pessoas bem como de organizações que facilitaram o acesso a informação essencial na consecução dos objectivos previstos.

Gostaria de expressar o meu agradecimento aos meus familiares e amigos, cujo apoio e compreensão foram desde sempre imprescindíveis para o meu percurso pessoal e profissional (aos meus pais e a todos os familiares mais próximos, ao João, à Andreia, à Catarina, ao Diogo, à Filipa e a todos os amigos que me acompanharam ao longo dos anos).

Uma palavra de gratidão ao Prof. Dr. Fernando Luís Machado, pelo apoio incansável e por todos os conhecimentos que me permitiu obter e que foram essenciais para a execução deste trabalho.

Aos entrevistados gostaria de dirigir também o meu agradecimento, pelo tempo e entrega disponibilizados a este projecto.

Agradeço também à Casa do Brasil de Lisboa, à Associação Cabo-Verdiana, ao Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, aos meus professores e colegas de turma do mestrado de Políticas Sociais.

Ainda uma nota de apreço ao Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do ISCTE, cujo trabalho foi também um ajuda nesta caminhada.

Resumo

A presente dissertação de mestrado tem como objectivo o estudo das situações, trajectos e percepções de discriminação de 20 imigrantes de origem brasileira e cabo-verdiana no mercado de trabalho português e de como essas situações, trajectos e percepções variam em função da nacionalidade e da categoria socioprofissional. A pertinência do estudo de indivíduos pertencentes a estas duas comunidades prende-se com a forte presença das mesmas em território nacional: a brasileira, mais recente, mas com um crescimento acentuado desde o final dos anos 90 do século XX, e a cabo-verdiana, presente desde as primeiras vagas de emigração para Portugal, nos anos 60 desse século.

Com este trabalho pretendeu-se conhecer os percursos contados pelos entrevistados de forma a compreender em maior profundidade uma parte da realidade imigrante em Portugal, no que ao mercado laboral concerne, percebendo as condições encontradas pelos mesmos na sua tentativa de integração no país de destino. Além disso, tentou-se captar a presença de singularidades e de semelhanças nas experiências dos indivíduos em questão, em função da nacionalidade e da categoria socioprofissional, de modo a apurar o contributo destas variáveis para as trajectórias dos imigrantes.

Foi também relevante perceber a possível existência de situações de discriminação laborais, descritas pelos mesmos, importando aqui anotar a presença ou não de representações sociais associadas às comunidades em questão.

Depois de um enquadramento e de uma contextualização teóricos e empíricos, este trabalho apresenta a análise do estudo realizado junto dos referidos imigrantes, de modo a conhecer em maior detalhe as vivências de cidadãos estrangeiros que tentaram fazer também seu o mercado de trabalho português.

Palavras-chave: brasileiros, categoria socioprofissional, cabo-verdianos, mercado de trabalho, nacionalidade, discriminação

Abstract

This dissertation aims to study the situations, paths and perceptions of discrimination from 20 immigrants from Brazil and Cape Verde in the Portuguese labor market, and how these situations, paths and perceptions vary according to the nationality and the socio-professional category.

The relevance of the study of individuals belonging to these two communities lies in the strong presence of the same in the national territory: the Brazilian, with a more recent strong growth since the late 90s of the twentieth century, and the Cape Verdean, in the country since the first waves of emigration to Portugal, in the 60s of the twentieth century.

This work aimed to know the paths reported by the interviewees in order to understand more deeply a part of the immigrant reality in the Portuguese labor market, realizing the conditions faced by them in their attempt to integrate in the host country.

In addition, it was also important to capture the presence of singularities and similarities in the experiences of the individuals concerned, based on nationality and socio-professional category.

It was also important to understand that there may be situations of discrimination at work, described by them, regardless the presence or absence of social representations associated with the communities concerned.

From a theoretical and empirical framework, this paper then presents the analysis of the survey of these immigrants, in order to know the experiences of foreigners who tried to make the Portuguese labor market their own.

Keywords: Brazilians, socio-professional category, Cape Verdeans, labor market, nationality, discrimination

Índice

Introdução	1
Capítulo I	
Abordagem Teórica.....	4
Capítulo II	
Contextualização Empírica.....	9
Capítulo III	
Estudo de Caso: Situações, Trajectórias e Percepções de Discriminação no Mercado de Trabalho.....	16
Conclusão	37
Bibliografia	41
Anexos	I

Índice de Quadros

Quadro 2.1. Taxa de actividade por grupos etários, 2009: total da população e estrangeiros por país de origem (%)	11
Quadro 2.2. Taxa de desemprego por nacionalidade, Dezembro 2010	12
Quadro 2.3. Trabalhadores por conta de outrem de nacionalidade estrangeira e total, por profissão, 2004.....	14
Quadro 3.1. Caracterização dos imigrantes entrevistados	16
Quadro 3.2. Razões evocadas pelos imigrantes entrevistados para a vinda para Portugal	19
Quadro 3.3. Profissão desempenhada no país de origem.....	21
Quadro 3.4. Percurso laboral dos imigrantes entrevistados	22
Quadro 3.5. Situações de discriminação sentidas pelos imigrantes entrevistados	26
Quadro 3.6. Tipo de situações de discriminação laboral sentidas pelos imigrantes entrevistados.....	34

Índice de Figuras

Figura 2.1.

Trabalhadores por conta de outrem, estrangeiros, segundo o nível de qualificação, 2002-2006 13

Glossário de siglas

ACIDI - Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ACIME - Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

DGEEP – Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento

INE – Instituto Nacional de Estatística

MAI - Ministério da Administração Interna

MTSS – Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

TCO – Trabalhadores por Conta de Outrem

INTRODUÇÃO

Os fenómenos migratórios assumem na actualidade um papel de destaque em todo o mundo. Num universo cada vez mais globalizado, em que as comunicações são crescentemente facilitadas e pessoas, produtos e serviços circulam, de forma cada vez mais rápida e intensa, os movimentos migratórios assumem-se como factores significativos nas experiências e no quotidiano dos cidadãos, afirmando-se como agentes não só do passado mas principalmente do presente e do futuro.

Os muitos estudos realizados no âmbito da imigração revelam que as causas para este fenómeno não se relacionam apenas com um factor, ficando antes a dever-se a uma multiplicidade de aspectos. Exemplos disso são os movimentos migratórios com origem na procura da melhoria da situação económica e das condições de vida, em motivações políticas ou religiosas, em situações de catástrofes naturais ou em conflitos internos nos países de origem. Ainda assim, na actualidade a principal motivação para a imigração é a busca por melhores condições de vida, estabelecendo-se a imigração laboral como o fenómeno mais representativo da saída dos cidadãos do seu país “natal” para o exterior.

Neste contexto, será importante examinar as experiências dos imigrantes que procuram tantas vezes na mudança de país a melhoria das suas condições de vida. Em particular, interessa-nos investigar a importância dos factores nacionalidade e categoria socioprofissional na integração/exclusão dos imigrantes no mercado de trabalho e nas condições laborais destes cidadãos, bem como as representações sociais dos imigrantes sobre práticas de discriminação com base na pertença étnica/nacionalidade.

Especialmente desde a década de 70 do século passado, Portugal tornou-se um destino importante para muitos imigrantes oriundos dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). A partir daí, as vagas de emigração para Portugal vão-se tornando mais frequentes e incluem, para além dos imigrantes vindos dos países africanos lusófonos, cidadãos com origem em outros países, como o Brasil e os países da Europa de Leste, especialmente a partir da década de 90.

A par com estes movimentos populacionais, o universo cada vez mais global em que nos situamos, especialmente desde a entrada no novo milénio, em que os indivíduos se movimentam e procuram reconstituir os seus percursos pessoais e profissionais fora do seu país de origem, sugere uma reflexão sobre as condições de integração dos imigrantes no mercado de trabalho português, dado que se trata de cidadãos que contribuem para a produtividade de um país que não é o “seu”, criando um efeito de dupla “mais valia”, para a sua situação económica e a economia do país onde se encontram. Além de ser um fenómeno económico e social, a imigração deve ser objecto de estudo e sujeita à acção

política no que diz respeito à integração dos migrantes (Machado, 2002: 385). Nesse sentido,

falar de politização da etnicidade é, portanto, falar do processo pelo qual o Estado, a sociedade de acolhimento e o movimento associativo dos migrantes gerem essa passagem da imigração para a etnicidade e as respectivas consequências económicas, sociais, culturais e políticas (Machado, 2002: 385).

Daí que o autor refira que as minorias étnicas “se politizam” já que começam “por interpelar o próprio Estado, nos seus fundamentos e mecanismos internos de estruturação e funcionamento” (Machado, 2002: 389).

Assim, a compreensão dos modos e das trajectórias de integração dos imigrantes em Portugal, visada por este estudo, que mais especificamente quer conhecer os efeitos dos factores nacionalidade e categoria socioprofissional na integração dos imigrantes brasileiros e cabo-verdianos no mercado de trabalho em Portugal, mostra-se essencial no conhecimento não só das dinâmicas envolvidas ao nível dos processos de integração no país, mas também ao nível da análise do mercado de trabalho nacional.

No âmbito da elaboração da presente dissertação de mestrado, o trabalho aqui apresentado visa apreender e analisar a diversidade de experiências relatadas por imigrantes brasileiros e cabo-verdianos na sua procura de integração no mercado de trabalho português. Nesse sentido, procurar-se-á apurar e analisar os testemunhos dos imigrantes para uma abordagem mais concreta e sustentada sobre as práticas decorrentes no mercado de trabalho, os seus trajectos e experiências profissionais e as condições encontradas a nível laboral, confirmando ou contrariando a existência de situações de discriminação com base na nacionalidade.

Outro dos objectivos é o de aferir a existência de representações sociais subjacentes à contratação (ou não contratação) e condições de trabalho de indivíduos imigrantes e as explicações dadas aos mesmos. A importância da análise destas representações assenta no facto de conduzirem, por sua vez, a situações de instabilidade profissional e de trabalho precário. A ausência de vínculos contratuais formais ou a existência de contratos temporários são exemplos de algumas das formas mais comuns de instabilidade profissional existentes entre os migrantes laborais, embora não exclusivas deles.

Dos objectivos do trabalho fará ainda parte a captação da presença, ou não, de realidades semelhantes em termos de discriminação étnica entre os imigrantes brasileiros e cabo-verdianos. Assim, pretende-se averiguar a importância da nacionalidade e da categoria socioprofissional na integração/exclusão dos imigrantes no mercado de trabalho e analisar as representações sociais subjacentes a possíveis práticas de discriminação com base na pertença étnica/nacionalidade e no estatuto socioprofissional.

O presente trabalho está organizado em três capítulos e uma conclusão final, que se encontram ligados entre si, completando-se reciprocamente.

No capítulo I, intitulado “abordagem teórica”, apresenta-se o enquadramento do tema, bem como perspectivas teóricas associadas.

No capítulo II, a contextualização empírica, são revelados dados relativos à imigração em Portugal e à caracterização dos imigrantes no país, avaliando os níveis de emprego e de desemprego daquela população, com especial incidência nas comunidades de origem brasileira e cabo-verdiana.

O capítulo III, dedicado ao estudo de caso em análise, debruça-se sobre os resultados e as consequências do estudo, com referência a aspectos ligados à análise dos dados recolhidos, comparando-os com as perguntas de partida e as hipóteses formuladas.

Finalmente tem lugar uma breve conclusão sobre as questões a assinalar em termos do estudo em particular e do tema de forma geral, referindo potenciais intervenções futuras na área da integração dos imigrantes brasileiros e cabo-verdianos em Portugal.

CAPÍTULO I

ABORDAGEM TEÓRICA

As causas para a mobilidade geográfica das populações são várias mas, regra geral, a procura por melhores situações económicas e as guerras e conflitos nos países de origem estabelecem-se como os principais factores para a emigração. Daí que normalmente os fenómenos de migração decorram dos países menos desenvolvidos para os países mais desenvolvidos e com capacidade para oferecer melhores condições de vida às populações mais carenciadas.

Ainda assim, convém destacar a existência de outros tipos de migração, como aqueles derivados de situações de catástrofes naturais nos países de origem ou aqueles motivados pela presença histórica de determinadas etnias nos países de destino, e sublinhar a importância da imigração de indivíduos pertencentes a quadros médios e altos e de especialistas, cuja principal motivação para a mudança de país serão as possibilidades ou as carências existentes na sua área profissional no país de destino, representando a emigração uma nova oportunidade de progressão na carreira.

Dada a importância das motivações económicas na imigração actual, o emprego estabelece-se como um factor crucial na integração dos imigrantes no país de destino. No caso português, a heterogeneidade de populações presentes no país e com origem no estrangeiro é acompanhada por diferenças ao nível socioprofissional e das qualificações dos imigrantes.

Além disso, muitos dos cidadãos estrangeiros que procuram integrar-se no mercado de trabalho português fazem-no em situação clandestina e procurando os empregos disponíveis e menos qualificados, nomeadamente nas áreas referidas, que correspondem regra geral a sectores mais instáveis e precários do mercado laboral.

A questão da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho é particularmente importante dado que ela tem consequências na condição destes grupos dentro do país, sendo que “o modelo das migrações de trabalho expõe-se aos riscos de exclusão das ‘segundas gerações’ e à sua transformação em minorias étnicas” (Ramos, 2003: 144). Daí que a avaliação das qualificações desempenhe um papel fundamental na análise da integração dos imigrantes devido às repercussões que estas têm na progressão futura dos cidadãos. Neste contexto, convém destacar que várias são as dinâmicas envolvidas na integração dos imigrantes no país de destino, não dependendo apenas “das suas estratégias individuais nem dos critérios dos empregadores” (Malheiros, 2007: 106), mas também da influência de “numerosos outros agentes, de tipo individual ou institucional” (Malheiros, 2007: 106).

Apesar disso, segundo adianta João Peixoto, a concentração dos imigrantes

nas profissões de mais baixo estatuto e os níveis de qualificação das tarefas que desempenham apontam, porém, para um padrão de trabalho muito menos qualificado do que o sugerido pela diferença de habilitações (Peixoto, 2008: 31).

Dado que se trata de cidadãos com origem noutra país, os imigrantes transportam também um legado cultural importante, o que em parte pode explicar as suas diferenças nas qualificações e nas ocupações socioprofissionais face à população autóctone. Em determinados sectores étnico-especializados do mercado de trabalho, como no caso de certos serviços prestados a minorias étnicas, os imigrantes tendem a ter uma presença mais forte do que os trabalhadores nativos. Nesse sentido, “o processo de assimilação e integração acompanhado pela experiência dos imigrantes é assim de extrema importância para o seu sucesso socioeconómico” (Constant, 2009: 9). A existência de *clusters* compostos por membros de uma mesma minoria é disso exemplo; trata-se de grupos de elementos de minorias que estabelecem redes de negócios e cujas empresas se destinam preferencialmente a “servir as necessidades culturalmente definidas dos seus co-étnicos, e só gradualmente passam a fornecer o mercado de uma forma geral” (Portes, 1999: 33). Servindo-se das suas experiências anteriores e/ou das suas competências culturais, estes cidadãos aprendem “os meandros de um negócio através do aprendizado em empresas co-étnicas” (Portes, 1999: 34), como o ilustram os casos das *chinatowns* de São Francisco e de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América, ou a comunidade cubana em Miami, que ficou inclusive conhecida como a “Little Havana”.

Alejandro Portes estabelece uma tipologia de quatro modalidades de incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho dos países de acolhimento. Esta organização é composta pelo “mercado de trabalho primário”, o “mercado de trabalho secundário”, os já referidos “enclaves étnicos” e as “minorias intermediárias”. Estas modalidades diferenciam-se, por sua vez, pelas condições verificadas na integração local, seja ao nível das políticas públicas seja pelas próprias condições do mercado de trabalho em causa ou ainda pelas características das comunidades étnicas. No que respeita às possibilidades de mobilidade, pode identificar-se, segundo a tipologia de Portes, que no mercado de trabalho primário e nos “enclaves étnicos” existe uma maior possibilidade de progressão profissional enquanto no mercado de trabalho secundário as oportunidades de mobilidade são escassas e nas “minorias intermediárias” elas são médias.

Também conhecidos como “enclaves imigrantes” (Portes, 1999: 58), estes *clusters* caracterizam-se por serem

vias normais de mobilidade assim criadas [que] não se encontram, naturalmente, no segmento secundário do mercado de trabalho, onde não existe qualquer ligação

primária entre os proprietários e os empregados nem uma comunidade étnica partilhada que sancione a norma de reciprocidade (Portes, 1999: 59).

Paralelamente a esta situação, as condições de trabalho dos cidadãos imigrantes têm sido também objecto de alguns trabalhos realizados a nível nacional. A importância das circunstâncias em que decorre o trabalho destes cidadãos pode ser demonstrada pela análise de diferenças salariais ou de estabilidade laboral. Como escreve José Gomes Canotilho,

a discriminação salarial é um dos exemplos clássicos de violação do princípio da igualdade, sobretudo em razão do sexo, que definitivamente não se inclui entre “as medidas razoáveis de diferenciação”. É também a este nível, como é conhecido, que os trabalhadores migrantes são vítimas dos principais abusos, até porque, não podemos esquecer que, se a retribuição é, para os trabalhadores, um rendimento de subsistência e de satisfação das necessidades pessoais e familiares (critério social), para os empresários ela é sobretudo um preço ou custo de produção (critério económico), que interessa diminuir (Canotilho, 2000: 154).

O direito do imigrante à igualdade remunerativa encontra-se inclusive assegurado na Carta Comunitária dos Direitos Fundamentais dos Trabalhadores, que estabelece no artigo 9º “uma remuneração equitativa [...], suficiente para lhe permitir ter um nível de vida decente” (Canotilho, 2000: 154).

No entanto, os percursos laborais instáveis e precários podem comprometer as experiências no pós-reforma bem como as vidas familiares e a situação social dos imigrantes. Como destacam Fernando Luís Machado e Maria Abranches, em referência específica às comunidades imigrantes cabo-verdiana e hindu em Portugal,

muitos destes imigrantes, por via de salários baixos ou de trajectórias contributivas irregulares, ou pela acumulação das duas coisas, têm ou virão a ter pensões de reforma magras, ficando, portanto, do ponto de vista dos rendimentos, e por via dos mesmos processos, em condição semelhante à de muitos idosos autóctones (Abranches, 2005: 77).

A relevância do estudo destas temáticas reside em parte na avaliação da situação dos imigrantes, mas também do próprio mercado de trabalho nacional. A emergência do chamado “mercado secundário”, caracterizado por baixos salários, insegurança contratual, reduzido estatuto socioprofissional e dificuldades de progressão na carreira, é uma das possibilidades para muitos trabalhadores, portugueses e estrangeiros, situando-se como uma espécie de “fuga” para muitos daqueles que procuram emprego especialmente nas áreas menos qualificadas do mercado laboral. Aliás, a sociologia da imigração tem enfatizado a ligação entre os fenómenos de imigração e a designada “economia informal”

devido à forte representação dos imigrantes em actividades profissionais não regulamentadas por códigos legais. O “mercado secundário” estabelece-se assim como uma alternativa para a integração laboral dos cidadãos, sobretudo em pequenos negócios empresariais, não oferecendo quaisquer garantias de estabilidade e melhorias na sua situação laboral (Portes, 1999: 35-36).

O estudo da discriminação laboral associada às comunidades imigrantes tem sido abordado e objecto da atenção de vários autores, dada a situação destas no contexto nacional. Segundo Fernando Luís Machado, as situações discricionárias tendem a ser mais fortemente evocadas pelos imigrantes cujo estatuto socioprofissional é mais baixo, ligado a profissões menos qualificadas, numa posição mais precária no mercado de trabalho. A isto associa-se uma menor relação inter-étnica dos imigrantes, em parte explicada pela ocupação de funções profissionais marcadas pela reprodução dessas mesmas situações de insegurança e precariedade (Machado, 2001: 17).

A diferença de percepções de racismo consoante os lugares de classe, com os migrantes de condição social mais favorecida a considerarem haver menos racismo do que os de condição mais desfavorecida, poderá compreender-se, finalmente, se pensarmos que a inscrição dos primeiros na sociedade portuguesa é feita mais de continuidades do que de contrastes (Machado, 2001: 17).

De acordo com o mesmo autor, os contrastes sociais tornam-se decisivos na percepção de situações de discriminação por parte dos estrangeiros, mais até do que as diferenças culturais, que originam também por vezes o mesmo tipo de comportamentos.

Também João Filipe Marques descreve a ideia do “não racismo” português como um “mito” (Marques, 2004: 33). As ideias lusotropicalistas, que enfatizam a forte ligação histórica e cultural entre Portugal e os países tropicais para desvalorizar o peso das atitudes discricionárias e do racismo por parte da sociedade portuguesa, são contrariadas pela existência de um “racismo desigualitário relativamente aos imigrantes”, especialmente presente no quotidiano das comunidades de origem africana, e de um “racismo diferencialista relativamente aos ciganos”, baseado nas características específicas dos indivíduos desta raça (Marques, 2004: 38-41). “Os estereótipos que pesam, mesmo actualmente, sobre os indivíduos de origem africana são frequentemente associados à inferioridade, à falta de capacidades intelectuais, à preguiça, à violência ou à marginalidade” (Marques, 2004: 237). O mesmo autor salienta que os imigrantes tendem a não procurar aquelas profissões tradicionalmente ocupadas por autóctones, não existindo grande concorrência a esse nível pelos postos de trabalho, mas entregando-se sobretudo a profissões que os portugueses não querem desempenhar (Marques: 2004: 249).

A questão da discriminação prende-se com o conceito de “racismo”, com que frequentemente se correlaciona. Para Fernando Luís Machado, o racismo pode incluir as noções de ideologia, preconceito e discriminação. Esta última será, portanto, uma prática do racismo, a manifestação deste, por via de processos do designado “racismo institucional”, abrangente a toda a sociedade de uma forma ampla e nas suas instituições, ou através do racismo individual (Machado, 2000: 24).

A ocorrência de situações discricionárias pode estar, e está muitas vezes, em estreita ligação com ideologias e preconceitos, sendo o racismo um misto de “construções simbólicas e práticas sociais, reciprocamente alimentadas entre si e traduzidas na efectiva subordinação social, cultural e política de grupos racialmente definidos” (Machado, 2000: 33). De acordo com o autor, numa avaliação da evolução do conceito de racismo, este esteve primeiramente associado aos factores biológicos, partindo da ideia de que as diferenças raciais estão genética e hereditariamente definidas e distinguem as capacidades intelectuais e culturais dos indivíduos: Depois o conceito evoluiu para um racismo baseado também nas diferenças étnicas e culturais, e já não tanto biológicas, a partir da década de 60 do século XX, no rescaldo da Segunda Guerra Mundial e do genocídio dos judeus pelos nazis alemães.

Neste sentido, as minorias étnicas e raciais acabam por ser afectadas pela reprodução de práticas discriminatórias, lesando e modificando os seus processos de integração. No caso concreto do mercado laboral, estas situações podem definir os percursos dos indivíduos, marginalizando-os e não facilitando a mobilidade e as oportunidades profissionais.

Os migrantes africanos inseridos nos segmentos precários do mercado de trabalho em Portugal, por exemplo, terão uma condição ainda mais desfavorecida do que os portugueses com idêntica localização laboral, na medida em que sejam vítimas de discriminação racial, o que acontece com alguma frequência, em termos de salários, horários ou noutras condições de exercício da actividade profissional (Machado, 2000: 31).

CAPÍTULO II

CONTEXTUALIZAÇÃO EMPÍRICA

A história contemporânea portuguesa, especialmente ao longo da segunda metade do século passado, tem enfatizado a situação de Portugal como um país de emigração, ou seja, de movimentos de saída do país de origem para outro país de destino, e de imigração, os movimentos de chegada de indivíduos com origem num país a outro diferente. Apesar de os fenómenos de emigração terem tido ao longo da história da demografia nacional um peso mais significativo ao nível dos movimentos migratórios em Portugal, à excepção, grosso modo, do período entre 1975 e 1985 em que a emigração diminuiu, voltando em seguida a aumentar, o fenómeno de imigração foi progressivamente assumindo maior destaque também no contexto nacional, em especial a partir das décadas de 60 e de 70 do século XX. Neste período, a emigração para Portugal assentava sobretudo em cidadãos de origem cabo-verdiana, que procuravam na mudança de país novas oportunidades de emprego, especialmente na construção civil.

Assim, apesar de a partir do final dos anos 80/início dos anos 90 do século passado a emigração portuguesa ter voltado a acelerar, especialmente devido à abertura das fronteiras comunitárias e à forte dinâmica migratória no país e no resto do mundo, a imigração em Portugal vai também ganhando maior significado, a par com a tendência de outros países da Europa do Sul, como sublinham Marina Kolarova e João Peixoto.

A partir dos anos 70, os países mediterrânicos também se transformam em destinos de imigração, mesmo continuando a ser, numa fase inicial, emissores de força de trabalho. Nos anos 80, Itália, Espanha e Portugal ainda possuem fluxos significativos de emigração e imigração, embora a emigração diminua substancialmente, comparativamente com décadas anteriores, e a imigração aumente (Kolarova, 2009: 22-23).

No caso dos imigrantes brasileiros, por exemplo, como destaca Jorge Malheiros,

Portugal está a transformar-se numa espécie de porto seguro para os brasileiros na Europa. E isso tende a ser importante mesmo em tempos de crise económica em Portugal, uma vez que não podemos desprezar a importância da língua na decisão emigratória de muitos brasileiros, com destaque para aqueles que possuem pouca escolarização para padrões portugueses (Malheiros, 2007: 106).

Carregando consigo uma identidade distinta em termos de origem face aos cidadãos nacionais, os imigrantes, e em específico, os trabalhadores migrantes, podem estar sujeitos a um tipo de discriminação baseada nesse legado, ainda que possam representar uma alternativa para os empregadores no mercado de trabalho. Como escreve o BUREAU Internacional do Trabalho Genebra, “o número crescente de postos de trabalho que não

podem ser preenchidos por trabalhadores nacionais, e factores como o envelhecimento da mão-de-obra nacional, criam a necessidade de contratar trabalhadores migrantes” (BUREAU Internacional do Trabalho Genebra, 2011: 39). Contudo, estes cidadãos de origem estrangeira podem sofrer um tratamento desigual no mercado de trabalho, tanto devido à sua origem como a outros factores, levando à designada “discriminação múltipla” (European Network Against Racism, 2011), em que o indivíduo é alvo de uma atitude discriminatória por “acumular” diferentes condições, como a idade, o género, a orientação sexual ou a etnia.

O contingente de imigrantes em Portugal intensificou-se nos primeiros anos do novo milénio. Ainda assim, dados mais recentes apontam para um decréscimo do número de estrangeiros residentes em Portugal no ano de 2010, o que poderá ser explicado por diferentes factores como

o aumento da atribuição de nacionalidade portuguesa (desde a última alteração à lei da nacionalidade), a crise económica e financeira que Portugal enfrenta (redução do investimento e do emprego), bem como a alteração dos processos migratórios em alguns países de origem (nomeadamente o Brasil e Angola) (SEF, 2010).

Para além de relativamente recente, a emigração para Portugal caracteriza-se também por um acréscimo gradual, que desacelerou nos últimos anos, e por uma diversidade de nacionalidades. Além disso, a origem geográfica dos imigrantes apresenta também bastante heterogeneidade ao longo dos últimos anos.

Apesar das oscilações verificadas na evolução da imigração em Portugal, os indivíduos vindos dos PALOP representam ainda uma parte importante do total de imigrantes presentes no país. Esta representatividade deve ser analisada à luz da forte ligação histórica entre Portugal e estes países, que integraram as primeiras vagas de imigração para Portugal, nos anos 60 e 70 do século XX, pelo que os países africanos lusófonos são emissores extremamente relevantes ao nível da imigração portuguesa. Nesse sentido, os imigrantes cabo-verdianos são aqueles que se encontram em maior número em Portugal no grupo de países africanos lusófonos, sendo também aqueles que estão há mais tempo presentes no país.

Contudo, durante os anos 90 e o início da primeira década do século XXI, outros países têm contribuído também para o acréscimo de imigrantes em Portugal, nomeadamente o Brasil e alguns países da Europa de Leste, como a Ucrânia, a Roménia ou a Moldávia. De facto, estes países representam casos notáveis de crescimento rápido e acentuado de vagas de emigrantes para Portugal, destacando-se o Brasil, cujos imigrantes formam hoje a população estrangeira mais numerosa em Portugal: no final de 2010, o total de população estrangeira em Portugal era de 445.262 cidadãos, sendo que existiu uma diminuição do

stock da população residente de 1,97% em relação ao mesmo período de 2009 (SEF, 2010: 17). De acordo com o SEF, o crescimento do número de estrangeiros residentes em Portugal decorrido na última década foi afectado por quebras em 2005 e 2010. Neste último ano, as nacionalidades de imigrantes residentes mais representativas no país eram o Brasil, com 26,81%, a Ucrânia, com 11,12%, e Cabo Verde, com 9,88%, seguindo-se a Roménia, com 8,27%, e Angola, que registava 5,28%. Os imigrantes brasileiros e cabo-verdianos, nos quais a presente dissertação se centra, totalizavam os 119.363 indivíduos (116.220 em 2009) e os 43.979 indivíduos (48.845 em 2009), respectivamente, conforme apresentado em anexo (ANEXO A).

Relativamente à caracterização por género dos imigrantes presentes em Portugal, é de salientar que, apesar de uma tendência para uma maior imigração masculina, a paridade tem-se vindo a acentuar, sendo que em 2010 existiu mesmo uma redução do efectivo masculino (-3,77% em relação ao ano anterior), ficando a diferença percentual entre homens e mulheres reduzida a 2% (saldo masculino superior ao feminino). A imigração em Portugal com origem nos PALOP apresenta algum domínio do género feminino, à excepção dos imigrantes oriundos da Guiné-Bissau, o que poderá ser explicado pelo maior acesso à nacionalidade portuguesa por parte da população masculina há mais tempo presente no país. No ano de 2010 foram atribuídos 50.747 primeiros títulos de residência, o que equivaleu a uma diminuição de 17,41% na emissão de novos títulos em relação a 2009. Os cidadãos estrangeiros mais representados nas emissões de 2010 foram os brasileiros, com 16.165 novos primeiros títulos, os romenos, com 6.047, e os cabo-verdianos, com 4.223.

Segundo um estudo do Eurostat relativo ao ano de 2009, a taxa de actividade em Portugal era mais elevada para os cidadãos de origem estrangeira do que para os autóctones, independentemente do grupo etário a que pertenciam. Não existia contudo uma diferença significativa entre a taxa de actividade de indivíduos com origem em países pertencentes à União Europeia e aqueles nascidos fora da União.

Quadro 2.1.

Taxa de actividade por grupos etários, 2009: total da população e estrangeiros por país de origem (%)

	Total População		Estrangeiros		Destes (estrangeiros)							
					Nascidos na U.E.				Nascidos fora da U.E.			
Idades da população												
	20-64		Destes		20-64		Destes		20-64		Destes	
		25-54	55-64		25-54	55-64		25-54	55-64		25-54	55-64
U.E. 27	75	85	49	75	80	53	78	85	51	74	79	55
Alemanha	80	87	61	74	79	57	78	85	61	72	77	54
Espanha	77	85	50	84	86	62	83	86	45	84	86	70
França	76	89	41	69	80	45	71	86	41	69	77	48
Portugal	79	88	54	85	89	57	85	90	:	85	89	58
Reino Unido	79	85	60	75	79	60	82	87	60	72	76	60

Fonte: Indicators of Immigrant Integration, Eurostat, Labour Force Survey

Através da análise do quadro 2.2. é possível verificar o total de desempregos de diferentes nacionalidades presentes em Portugal bem como a taxa de desemprego, medida através do total de desempregados por nacionalidade em relação com o total de imigrantes da mesma nacionalidade.

Quadro 2.2.

Taxa de desemprego por nacionalidade, Dezembro 2010

Continente		Total desempregados (valores absolutos)	Taxa /Total de imigrantes (%)
Europa	Roménia	2.639	7,17%
	Reino Unido	241	1,40%
	Ucrânia	5.397	10,90%
	Moldávia	1.302	8,32%
África	Angola	3.208	13,65%
	Cabo Verde	3.839	8,73%
	S. Tomé e Príncipe	1.067	10,17%
América	Brasil	10.529	8,82%

Fontes: Estatísticas Mensais (2010), Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. e Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (2010), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Assim, de destacar que o valor mais elevado em termos de total de desempregados é o dos brasileiros, com 10.529 indivíduos nesta situação, seguindo-se os ucranianos, com 5.397, e os cabo-verdianos, com 3.839, valores que não serão de estranhar dada a proporção destas populações no país. No entanto, é possível concluir que os indivíduos de origem angolana são aqueles que têm uma taxa de desemprego maior no conjunto destas nacionalidades, sendo que, do total de angolanos presentes em Portugal, 13,65% encontrava-se em situação de desemprego. Já os cidadãos com origem na Ucrânia e em S. Tomé e Príncipe têm igualmente uma taxa de desemprego maior do que a dos brasileiros (8,82%) sendo que a dos cabo-verdianos se situa nos 8,73%. De notar que esta taxa de desemprego foi estimada em valores aproximados, dado que para o seu cálculo se incluiu o total de imigrantes de cada nacionalidade e não a sua população activa.

A heterogeneidade de nacionalidades da actual população imigrante em Portugal é ainda visível no aumento do número de cidadãos asiáticos, especialmente vindos da China, da Índia e do Paquistão. Assim, Portugal é hoje um país que agrega uma variedade de culturas e origens étnicas distintas, que necessariamente interagem em diferentes esferas da vida social, nomeadamente ao nível das qualificações e do mercado laboral.

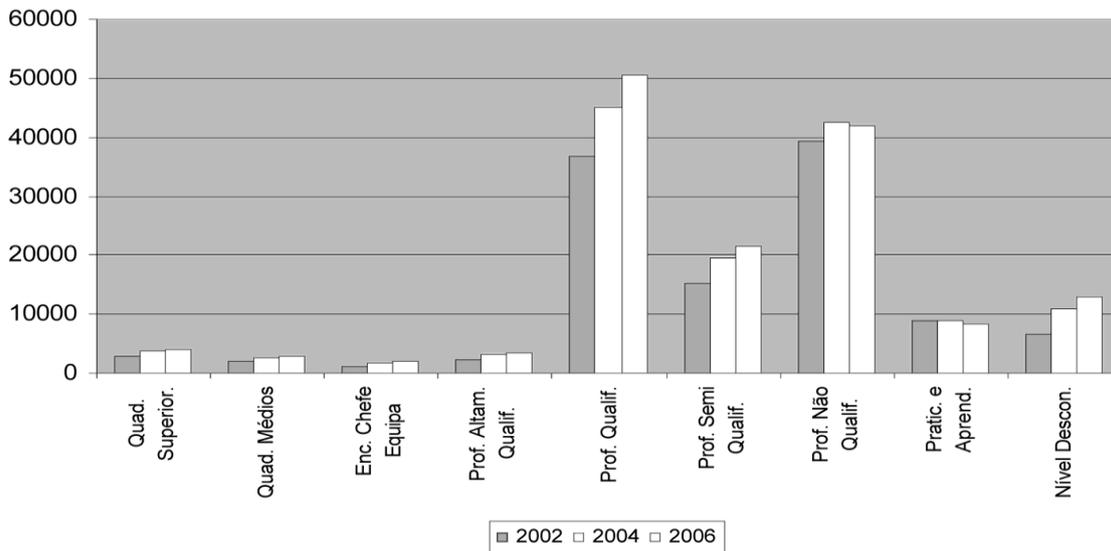
Alguns dos estudos realizados na área da imigração destacam a forte representatividade dos imigrantes em situações de trabalho por conta de outrem, especialmente entre os cidadãos com origem na Europa de Leste, nos PALOP e no Brasil (Peixoto, 2008: 29), salientando-se os casos dos trabalhadores com origem noutros países europeus e asiáticos que assumem maior representatividade como empregadores, no total da população activa imigrante. Entre os trabalhadores por conta de outrem (TCO) imigrantes, e em comparação com o total da população activa portuguesa, verifica-se que os primeiros

estão sobretudo concentrados na construção (24%), actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (22%) e alojamento e restauração (15%), sectores onde se encontram também mais representados do que os portugueses (Peixoto, 2008: 30).

Através da análise da figura 2.1. verifica-se que entre 2002 e 2006 o número de imigrantes a integrar profissões qualificadas e semi-qualificadas tende a aumentar, enquanto o número de imigrantes em profissões não qualificadas aumenta ligeiramente entre 2002 e 2004 e diminui em seguida até 2006.

Figura 2.1.

Trabalhadores por conta de outrem, estrangeiros, segundo o nível de qualificação, 2002-2006



Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal

Para o ano de 2004, o mesmo estudo do MTSS/DGEEP apresenta os dados ilustrados no quadro 2.3., avançando que 31% do total de trabalhadores por conta de outrem estrangeiros não possuem quaisquer qualificações e uma percentagem de 24,6% ocupa profissões como operários, artífices e similares, cargos para os quais as qualificações

exigidas são tendencialmente mais baixas. Segundo o estudo, 19% do total de trabalhadores por conta de outrem estrangeiros integram ainda quadros intermédios nos serviços e como vendedores.

Quadro 2.3.

Trabalhadores por conta de outrem de nacionalidade estrangeira e total, por profissão, 2004

Profissão	TCO estrangeiros		TCO total	
	Nº	%	Nº	%
1 Quadros sup. adm. pública, dirigentes quadros sup. empresa	2532	1.8	95901	3.7
2 Especialistas das profissões intelectuais e científicas	3602	2.6	128911	5.0
3 Técnicos profissionais de nível intermédio	5089	3.7	251021	9.8
4 Pessoal administrativo e similares	8102	5.9	380315	14.8
5 Pessoal dos serviços e vendedores	26322	19.0	415243	16.1
6 Agricultores e trab. qualificados da agricultura e pesca	3685	2.7	37980	1.5
7 Operários, artífices e trabalhadores similares	33943	24.6	610681	23.7
8 Operadores de instalações e máquinas e trab. montagem	11668	8.4	287273	11.2
9 Trabalhadores não qualificados	42821	31.0	354476	13.8
Trabalhadores sem profissão atribuída	488	0.4	11918	0.5
Total	138252	100	2573719	100

Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal 2004

Ainda assim, há que distinguir os conceitos de “grau de escolaridade/qualificação” de “estatuto socioprofissional”. Se no primeiro aquilo que está em causa é o nível de habilitações escolares dos cidadãos, no segundo trata-se do tipo de profissão desempenhada, sendo que nem sempre existe uma articulação correcta entre os dois (por exemplo, quando um licenciado não encontra um emprego adequado à sua qualificação académica).

A ocupação de profissões cujo estatuto socioprofissional é mais baixo encontra por vezes correspondência com os níveis de qualificação dos cidadãos imigrantes, segundo o mesmo estudo (ANEXO B). De facto, 28,3% do total de imigrantes possuíam apenas o primeiro ciclo do ensino básico em 2004 e apenas uma minoria de 7% tinha completado o bacharelato ou a licenciatura. A situação é comum aos dois sexos, não existindo diferenças de género significativas no que respeita às qualificações, salientando-se, no entanto, o facto de os elementos do sexo masculino estarem em maior número no país do que os do sexo feminino.

Ainda assim, alguns estudos apontam para uma situação singular no que respeita à comparação entre as remunerações dos cidadãos autóctones e dos imigrantes. Segundo os dados divulgados no ANEXO C, se a remuneração-base e o ganho médio dos trabalhadores imigrantes é superior aos dos trabalhadores portugueses em categorias socioprofissionais mais elevadas, no que toca aos cargos menos qualificados a relação é inversa, sendo que, por exemplo, nos quadros superiores a remuneração-base dos TCO estrangeiros é de 2614,98 euros enquanto a remuneração-base total (incluindo imigrantes e portugueses) é de 1967,45 euros. Pelo contrário, os trabalhadores não qualificados imigrantes têm um ganho médio de 493,98 euros e o total de empregados recebe 527,52 euros. Ainda assim, como

sublinha João Peixoto, a análise da remuneração e dos ganhos totais através da comparação dos trabalhadores imigrantes e portugueses apresenta algumas incongruências entre si. Além disso,

não estão disponíveis dados que permitam apurar outro tipo de diferenças entre os trabalhadores, para além da nacionalidade. O pagamento inferior de trabalhadores estrangeiros em profissões de mais baixo estatuto e em níveis de qualificação inferiores pode depender de variáveis não controladas, como é o caso da antiguidade na empresa (Peixoto, 2008: 34).

Apesar das diferentes motivações e percursos desenvolvidos pela população imigrante em Portugal, pode assim verificar-se que existem padrões similares que podem ser descritos entre, por um lado, trabalhadores qualificados a ocupar profissões cujo estatuto socioprofissional é mais elevado e, por outro, trabalhadores com fracas qualificações com experiências marcadas pela insegurança laboral e pelas dificuldades salariais e de progressão na carreira. Ainda assim, será importante analisar e reavaliar de forma concreta os trajectos dos trabalhadores migrantes para um conhecimento fundamentado e actualizado das experiências destes cidadãos, percebendo possíveis alterações dos seus percursos, independentemente das suas qualificações ou estatutos socioprofissionais. Assim, será possível concretizar e renovar o estudo da imigração portuguesa, aliando-o à investigação das condições laborais existentes no país.

CAPÍTULO III

ESTUDO DE CASO: SITUAÇÕES, TRAJECTÓRIAS E PERCEPÇÕES DE DISCRIMINAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

3.1. Perfil dos entrevistados

Tendo como objecto de estudo os imigrantes brasileiros e cabo-verdianos em Portugal, para a realização da presente dissertação de mestrado foram entrevistados 20 imigrantes, entre Fevereiro e Julho de 2011, na região de Lisboa, sendo dez de origem brasileira e dez de origem cabo-verdiana, de ambos os géneros, com diferentes graus de qualificação e de diferentes faixas etárias. A escolha das entrevistas como método de estudo para esta realidade prendeu-se com a possibilidade de desta forma conhecer com maior profundidade os percursos dos entrevistados, possibilitando, para além do guião previamente definido de perguntas, uma maior liberdade na condução das conversas com os imigrantes contactados.

O guião das entrevistas foi elaborado de modo a compreender de forma cronológica os percursos dos imigrantes entrevistados, começando por abordar as experiências dos mesmos no respectivo país de origem e seguindo depois em maior profundidade para as suas experiências em Portugal, mencionando as dificuldades e oportunidades existentes no mercado de trabalho português. De destacar que foi neste contexto que foi abordado o tema da discriminação, com o objectivo de analisar possíveis situações discriminatórias descritas pelos imigrantes brasileiros e cabo-verdianos e a sua avaliação por parte dos mesmos, nomeadamente no que toca às razões subjacentes a esse tipo de situações.

A caracterização dos imigrantes contactados encontra-se representada no quadro seguinte, tendo em conta a nacionalidade, a profissão actual, a idade, as qualificações e o tempo de estada em Portugal. Apenas os nomes dos entrevistados são fictícios de modo a manter o anonimato dos mesmos.

Quadro 3.1.

Caracterização dos imigrantes entrevistados

Nacionalidade	Nome	Profissão actual	Idade	Qualificações	Tempo de estada em Portugal
B R A S	Dulce	Empregada doméstica	53 anos	11.º ano	Há 7 anos
	Fábio	Vendedor	46 anos	12.º ano e curso técnico de Contabilidade	Há 11 anos
	Gabriel	Segurança	28 anos	12.º ano	Há 9 anos
	Gilberto	Director geral de uma empresa	40 anos	Licenciado em Gestão	Há 10 anos
	Helena	Jornalista	48 anos	Licenciada em Jornalismo	Há 10 anos

I L E I R A	José	Empregado de restauração	35 anos	12.º ano	Há 6 anos
	Júlia	Treinadora de equitação	43 anos	Licenciada em Biomédicas	Há 23 anos
	Leandro	Cozinheiro	30 anos	12.º ano	Há 6 anos
	Luciana	Cabeleireira	24 anos	12.º ano	Há 11 anos
	Maria	Desempregada Última profissão: Empregada doméstica	54 anos	Licenciada em Patologia Clínica	Há 15 anos
C A B O V E R D I A N A	Alcides	Desempregado Última profissão: Auxiliar de acção educativa	55 anos	12.º ano	Há 15 anos
	Alice	Desempregada Última profissão: Escriturária	49 anos	12.º ano	Há 38 anos
	Ana	Cozinheira	50 anos	9.º ano	Há 20 anos
	Celina	Operadora de "call center"	50 anos	Licenciada em Línguas e Turismo	Há 29 anos
	Conceição	Desempregada Última profissão: Empregada de restauração	28 anos	Licenciada em Direito	Há 7 anos
	Manuel	Reformado Última profissão: Bancário	70 anos	12.º ano	Há 35 anos
	Paula	Desempregada Última profissão: Cozinheira	37 anos	9.º ano	Há 9 anos
	Paulo	Desempregado Última profissão: Canalizador	51 anos	6.º ano	Há 11 anos
	Rui	Desempregado Última profissão: Responsável de compras numa empresa	57 anos	9.º ano	Há 37 anos
	Zenaida	Desempregada Última profissão: Gerente de loja	31 anos	Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais	Há 9 anos

Poder-se-á fazer uma relação no que respeita ao tempo de estada dos imigrantes em Portugal com os fenómenos migratórios típicos das comunidades brasileira e cabo-verdiana em Portugal. Como se pode comprovar pela análise do quadro anterior, oito dos dez brasileiros entrevistados incluem-se no conjunto de imigrantes que chegaram a Portugal a

partir do início do novo milénio, altura em que, como visto anteriormente, se registou um aumento significativo do número de cidadãos brasileiros em Portugal.

Já no que toca aos imigrantes cabo-verdianos em análise, seis dos dez estão em Portugal há 15 anos ou mais, o que poderá ser examinado do ponto de vista da tradição mais antiga da presença de uma comunidade cabo-verdiana neste país. Dos restantes quatro imigrantes de origem cabo-verdiana, três são aquelas que se encontram nas faixas etárias mais baixas, e, de entre estas, duas reconheceram que a mudança de país se deveu à vontade de continuar os estudos, funcionando Portugal como uma “porta” para uma maior diversidade de opções académicas ou como a solução para um objectivo de formação não disponível no seu próprio país.

Relativamente ao trajecto migratório dos indivíduos entrevistados, verifica-se o predomínio das situações em que Portugal surge como o primeiro país para o qual emigraram. Apenas quatro dos entrevistados referiram ter emigrado anteriormente, sendo um de origem brasileira e as restantes três de origem cabo-verdiana. De qualquer modo é de destacar que, não sendo o primeiro país a surgir como destino de emigração para estes indivíduos, Portugal é o segundo local para onde emigraram, à excepção de uma das imigrantes cabo-verdianas que esteve em França e na Holanda, sendo Portugal o terceiro país para onde emigrou.

Deste modo, e apesar de os entrevistados pertencerem a diferentes faixas etárias, bem como a categorias socioprofissionais distintas, e independentemente das suas motivações pessoais para a mudança de país, que serão referidas mais à frente, a emigração para Portugal por parte de cidadãos de origem brasileira e cabo-verdiana poderá também ser olhada à luz da forte ligação entre estes países, seja no caso da mais antiga tradição de emigração da população de Cabo Verde para Portugal, seja no que respeita à mais recente emigração vinda do Brasil para este país.

No que respeita à decisão de mudar de país rumo a Portugal, a maior parte dos entrevistados destacou o factor emprego como fundamental, em especial no caso dos imigrantes brasileiros. Entre os imigrantes brasileiros de salientar também o factor língua e ligação entre países para a sua decisão. Além disso, dois dos imigrantes brasileiros, José e Helena, falaram sobre a vontade de conhecer novas culturas.

Se atendermos às características económicas, sociais e culturais de Brasil e Cabo Verde, e tendo em consideração os estudos já realizados na óptica da emigração/imigração destes países, não será de estranhar que o “boom” da emigração com origem no Brasil para Portugal tenha uma forte componente económica e que a imigração oriunda de Cabo Verde em Portugal se associe a uma tradição que remonta à época da colonização.

Como descrevem Marina Kolarova e João Peixoto,

a abordagem teórica das migrações internacionais mostra a ligação existente entre a história da colonização e de contacto e a intervenção de certas nações poderosas, cuja influência económica, política e cultural, sobre outras sociedades mais fracas, as alterou e levou ao surgimento das migrações (Kolarova, 2009: 27).

Os mesmos autores referem que “a segunda vaga de imigrantes brasileiros, chegados a partir do final dos anos 90, actualmente a maioria dos brasileiros, tem qualificações baixas e ocupa empregos no segmento secundário do mercado de trabalho” (Kolarova, 2009: 93).

3.2. Trajectórias migratórias e profissionais

Tendo em conta as entrevistas realizadas a este conjunto de imigrantes, importa notar que existem algumas diferenças entre as duas nacionalidades em relação à tomada de decisão de emigrar para Portugal, sendo que as dificuldades no mercado de trabalho no país de origem, a facilidade burocrática/ ligação entre países e a influência de familiares e/ou amigos já presentes em Portugal se assumem como as principais motivações dos indivíduos de origem brasileira contactados. De outro modo, os imigrantes cabo-verdianos entrevistados salientaram as oportunidades no mercado de trabalho luso como um dos factores que mais motivaram a sua decisão, seguindo-se a continuação dos estudos, conforme demonstra o quadro 3.2.

Quadro 3.2.

Razões evocadas pelos imigrantes entrevistados para a vinda para Portugal

	Entrevistados brasileiros	Entrevistados cabo-verdianos	Total
Dificuldades no mercado de trabalho	5	-	5
Facilidade burocrática/ligação entre países	5	1	6
Segurança/qualidade de vida	3	1	4
Estudos	1	3	4
Oportunidades emprego	1	4	5
Família/Amigos	5	2	7
Conhecer cultura	3	-	3

A influência de familiares e amigos na decisão de emigrar foi apontada por sete dos entrevistados, em especial no caso dos brasileiros. A menor importância atribuída a este factor pelos imigrantes cabo-verdianos poderá ser explicada pelo facto da comunidade cabo-verdiana estar há mais tempo presente em Portugal, o que poderá conduzir a um conseqüente maior conhecimento da realidade portuguesa. Esta situação foi apontada por

Paulo, que reconheceu que a presença de familiares e amigos em Portugal poderia até ser um factor desmotivador para a sua decisão:

os emigrantes cabo-verdianos diziam-nos quando lá iam [a Cabo Verde] como as coisas eram difíceis mas nós não acreditávamos. Pensávamos que eles nos diziam isso para não nos incentivar a emigrar (Paulo, 51 anos, há 11 anos em Portugal).

Ainda assim, Zenaida teve uma experiência diferente:

as pessoas que emigraram para Portugal para estudar quando iam a Cabo Verde diziam que era tudo muito maravilhoso, porque antigamente muitos vinham com bolsas de estudo, Portugal era muito bom, era uma ilusão completa. A mensagem que nos passavam, mesmo por parte dos estudantes que trabalhavam como domésticas, mestres-de-obras, ou assim, era mesmo uma ilusão porque iam todos muito bem vestidos e nós tínhamos aquela curiosidade, para saber como era. Mas quando chegamos cá não é assim. Há sempre dificuldades, como em todos os países (Zenaida, 31 anos, há nove anos em Portugal).

Além disso, três imigrantes cabo-verdianas salientaram a continuação dos estudos (fazer a licenciatura) como determinante para a sua vinda para Portugal, enquanto apenas uma imigrante brasileira destacou esse factor.

De referir que o brasileiro Gilberto apontou a segurança como único factor que contribuiu para a sua vinda para Portugal e o também brasileiro Gabriel referiu a maior qualidade de vida em termos de segurança em Portugal como um dos factores para a sua decisão de emigrar, o que poderá ser compreendido tendo em conta as características sociais específicas daquele país sul-americano.

Dada a importância dos percursos específicos de cada indivíduo no mercado de trabalho, será também relevante analisar a situação destes imigrantes no seu país de origem, para perceber possíveis diferenças ocorridas com a mudança de país, bem como as expectativas associadas e que poderão ser determinantes na integração do indivíduo no país de destino. Aqui será importante destacar que a diferença de idades dos entrevistados e o tempo de residência em Portugal induzem, logo à partida, a diferenças no que respeita à sua situação profissional no país onde nasceram. Assim, nove dos entrevistados estudavam no seu país de origem antes de emigrarem para Portugal, sendo que três são de origem brasileira e seis de origem cabo-verdiana. Os entrevistados mais jovens são aqueles que referiram esta situação, sendo que alguns na faixa dos 30, 40 e 50 anos também a destacaram, mas porque chegaram há mais anos a Portugal (a brasileira Júlia, 43 anos, e as cabo-verdianas Celina, 50 anos, e Alice, 49 anos) ou porque emigraram cedo dos seus países de origem para um outro país (casos das cabo-verdianas Ana, 50 anos, e Paula, 37 anos).

Quadro 3.3.

Profissão desempenhada no país de origem

Nacionalidade	Nome	Profissão/actividade no país de origem
B R A S I L E I R A	Dulce	Secretária executiva
	Fábio	Desempregado
	Gabriel	Estudante
	Gilberto	Director financeiro de uma empresa multinacional
	Helena	Assessora do governo
	José	Vendedor
	Júlia	Estudante
	Leandro	Decorador
	Luciana	Estudante
	Maria	Reformada
C A B O V E R D I A N A	Alcides	Secretário administrativo
	Alice	Estudante
	Ana	Estudante
	Celina	Estudante
	Conceição	Estudante
	Manuel	Bancário
	Paula	Estudante
	Paulo	Electricista
	Rui	Vendedor
	Zenaida	Estudante

Seis dos entrevistados exerciam profissões associadas a médias qualificações (três brasileiros e três cabo-verdianos), sendo que dois deles referiram ter sido situações estáveis (decorador, vendedor, secretária executiva, bancário, vendedor e secretário).

Dois imigrantes brasileiros tinham profissões altamente qualificadas (assessora do governo e director financeiro de uma multinacional), sendo que estes apontaram os factores conhecer outras culturas/língua/dificuldades de emprego no Brasil e o factor segurança como importantes para a sua decisão de emigrar, respectivamente. Apenas um dos entrevistados, de origem brasileira, estava numa situação de desemprego no seu país de origem (Fábio).

A integração dos imigrantes no mercado de trabalho reveste-se de especificidade dada a situação do imigrante, por vezes extremamente precária, o que pode ser reforçado com uma marginalização do cidadão estrangeiro no país de destino, por via de processos que podem ou não depender dele próprio. De uma forma geral, os imigrantes entrevistados tendem a

apresentar percursos laborais marcados por diferentes profissões desempenhadas, nomeadamente ocupações distintas daquelas que desempenharam no seu país de origem ou que não correspondem à sua formação.

Treze entrevistados tiveram em Portugal diferentes profissões, em áreas diferentes (sete brasileiros e seis cabo-verdianos). Para estes foi uma experiência marcada por situações profissionais instáveis, sem qualquer vínculo contratual por vezes ou com contratos a prazo. Para sete desses entrevistados essa situação de instabilidade ainda se mantinha no momento da realização da entrevista, seja por via de empregos instáveis seja por situações de desemprego.

Cinco entrevistados trabalharam sempre na mesma área em Portugal. Três estavam, aquando da entrevista, numa situação mais estável, outro continuava numa situação de emprego instável e o restante ficara desempregado, após ter trabalhado vários anos na mesma empresa.

Sete entrevistados (cinco brasileiros e dois cabo-verdianos) reconheceram ter tido um percurso instável, mas com uma evolução positiva no que respeita à estabilidade no emprego, apesar de um deles (a cabo-verdiana Paula) estar desempregada no momento da entrevista.

Apenas dois entrevistados consideraram ter tido sempre um percurso estável no mercado de trabalho em Portugal (o brasileiro Gilberto e o cabo-verdiano Manuel), que desempenharam sempre funções em profissões associadas a qualificações mais elevadas como empresário e bancário, respectivamente, e que já exerciam essas profissões no seu país de origem, como é visível pela análise do quadro 3.4..

Quadro 3.4.
Percurso laboral dos imigrantes entrevistados

	Entrevistados brasileiros	Entrevistados cabo-verdianos	Total
Trabalhou na mesma profissão na mesma área, sempre estável	2	1	3
Trabalhou na mesma profissão na mesma área, actualmente instável	-	1	1
Várias profissões na mesma área, com aumento de estabilidade	1	-	1
Várias profissões na mesma área, sempre instável	-	2	2
Várias profissões em diferentes áreas, com aumento de estabilidade	4	-	4
Várias profissões em diferentes áreas, sempre instável	3	6	9

Comparando as nacionalidades dos entrevistados, é possível analisar que enquanto ao nível dos imigrantes brasileiros existe um predomínio das situações em que os indivíduos desempenharam diferentes profissões em diferentes áreas de actividade em que houve aumento da estabilidade no mercado de trabalho (quatro entrevistados brasileiros), seguindo-se as situações em que os indivíduos tiveram várias profissões em diferentes áreas sempre marcadas pela instabilidade (três entrevistados), ao nível dos cidadãos de origem cabo-verdiana existe uma preponderância clara das situações em que estes tiveram diferentes profissões em diferentes áreas, sempre marcadas pela instabilidade no emprego (totalizando seis entrevistados).

Assim, é possível verificar que tendencialmente os percursos destes imigrantes foram marcados pela mudança de áreas de actividade, sendo que alguns brasileiros conseguiram obter uma maior estabilidade ao longo do tempo e uma grande parte dos cabo-verdianos manteve a condição de instabilidade laboral. Associado a essa instabilidade, está o facto de um grande número de cabo-verdianos se encontrar no momento da entrevista em situação de desemprego.

Será igualmente interessante avaliar que esta tendência apresentada pelos imigrantes entrevistados relativa à diversidade de profissões desempenhadas em diferentes áreas de actividade poderá ter ligação com o seu estatuto socioprofissional. De facto, tanto ao nível dos imigrantes de origem brasileira como no que toca aos de origem cabo-verdiana, a categoria socioprofissional apresenta-se como condicionante nos trajectos assinalados por mudanças de emprego. Para alguns essa foi uma escolha praticamente imposta, dadas as dificuldades encontradas no mercado de trabalho, como foi o caso de Zenaida:

desde que fiz a licenciatura enviei currículos quase todos os anos, imensos currículos, mas é sempre uma dificuldade. Nas outras áreas em que trabalhei nem tanto, é muito à base da convivência. Como disse, eu era empregada de limpezas e com a convivência e mostrando um bocadinho de serviço conseguimos ir trabalhando. Temos de ser um bocadinho polivalentes (Zenaida, 31 anos, há nove anos em Portugal).

Já para Helena a opção de desempenhar profissões totalmente distintas da sua área de formação foi uma escolha própria, mas que acabou por gerar alguma desconfiança nos colegas de profissão:

quando eu saí do Brasil queria fazer uma pausa, ou melhor, queria abandonar a comunicação social. Por isso, tentei ter outras profissões. Também trabalhei numa imobiliária e achei interessante, trabalhei numa loja mas ficava em pé muito tempo e isso também não dava para mim. Cheguei à conclusão que tinha de voltar ao jornalismo. [...] Quando olhavam para o meu curriculum só perguntavam: “mas com um curriculum destes vai ficar aqui?”. Achavam que era estranho. E não era nada de mais porque até para exercer certas profissões tem de se ter um curriculum. Ou então pensavam: “ah, ela está aqui só temporariamente. Não vai ficar”.

Achavam que eu ia abandonar o trabalho no outro dia. E já aconteceu eu ficar num trabalho um mês e depois dizer que não me davam condições e sair. Foi numa loja e na primeira semana eu já queria sair. Eu pensei que não tinha condições, tive vergonha, pedi desculpa, mas não era aquilo. Fisicamente não estava a aguentar (Helena, 48 anos, há dez anos em Portugal).

Em relação à situação laboral no momento da realização da entrevista, oito imigrantes encontravam-se em situação de desemprego, sendo um brasileiro e os restantes cabo-verdianos. A imigrante brasileira desempregada é Maria, licenciada em Patologia Clínica. Quanto aos imigrantes cabo-verdianos desempregados, uma parte significativa no total de imigrantes cabo-verdianos entrevistados, caracterizam-se pelas suas diferentes qualificações e idades, desde pessoas nas faixas dos 20 e 30 anos como pessoas nas faixas dos 40 e 50 anos. A especificidade desta situação merece uma análise mais concreta. De facto, se é verdade que alguns dos entrevistados cabo-verdianos mais velhos e presentes há mais tempo em Portugal revelaram uma atitude mais conformista com a situação de desemprego, nomeadamente, Paulo e Rui, que referiram a idade e a situação do país como factores desmotivadores para a procura de emprego, também os entrevistados mais jovens e há menos tempo no país evidenciaram situações de desemprego, apesar de alguns terem qualificações mais elevadas e uma atitude mais confiante em relação ao seu futuro profissional.

No total, quatro imigrantes estavam, no momento da entrevista, empregados com contratos a prazo, dois brasileiros e dois cabo-verdianos. De destacar ainda dois imigrantes brasileiros a trabalharem por conta própria (Luciana, cabeleireira, e Gilberto, director de uma empresa).

Quando confrontados com a questão das dificuldades encontradas no mercado de trabalho em Portugal, a maior parte dos entrevistados assumiu ter vivido algumas, em especial durante a fase inicial da sua chegada ao país. Quatro brasileiros no total dos nove imigrantes (sete brasileiros e dois cabo-verdianos) que referiram ter sentido dificuldades só no início apontaram a ligação dos imigrantes brasileiros a determinadas profissões associadas a menores qualificações, o que poderia dificultar ou causar estranheza em relação à sua integração no mercado de trabalho em Portugal. Gilberto foi um deles:

os brasileiros que estão cá, de certa forma, muitos estão ligados às obras, são empregados de mesa, trabalham no subemprego e as mulheres que vinham para Portugal muitas vinham para a prostituição. Então criou-se em determinado momento um rótulo, quando na verdade há muitas pessoas com profissões de topo, são directores, gestores, donos de empresas. Claro que a maioria não tem essa sorte, também porque não tem esse tipo de estudos, não teve qualificações para tal (Gilberto, 40 anos, há dez anos em Portugal).

Outros dois referiram a discriminação sentida inicialmente no mercado de trabalho em relação aos imigrantes brasileiros, nomeadamente Fábio:

no início, sim. Lembro-me, tinha muitos clientes que chegaram a ligar para a empresa em que eu trabalhava a perguntar se o meu patrão realmente confiava em mim. Eu recebia muito dinheiro da empresa, às vezes eu andava com muito dinheiro, o cliente pagava em dinheiro, mas depois ligava para a empresa (Fábio, 46 anos, há 11 anos em Portugal).

Seis imigrantes (um brasileiro e cinco cabo-verdianos) disseram ter sentido sempre dificuldades, sendo que a brasileira Dulce referiu a discriminação em relação aos imigrantes brasileiros, e os restantes cabo-verdianos apontaram as dificuldades de integração no mercado de trabalho em Portugal, de uma forma geral, (três) e discriminação pelo facto de serem cabo-verdianos (dois). Entre estes estava Alice:

a sociedade portuguesa não é nada racista, mas “cada macaco no seu galho”. Quantas vezes tive, como disse, o privilégio de trabalhar como esteticista junto das classes mais “altas”. E nesses institutos das classes médias altas adoravam o meu trabalho e havia aqueles desabafos: “eu não tenho nada contra as pessoas de cor, eu até tenho muitos amigos de cor, mas casamentos de brancos com pretos, sejamos realistas... Cada macaco no seu galho”. Tive colegas minhas, no escritório, que me disseram: “ah, mas você não é preta (Alice, 49 anos, há 38 anos em Portugal).

Ainda de destacar que a brasileira Maria disse não ter sentido dificuldades aquando da sua vinda para Portugal, mas começou a sentir desde há poucos anos. Apenas um brasileiro e dois cabo-verdianos reconheceram nunca ter sentido dificuldades.

Mas se os obstáculos marcaram as trajectórias de muitos dos imigrantes contactados neste estudo, é também verdade que as oportunidades de trabalho em Portugal são um factor de destaque para os mesmos. A maior parte dos entrevistados considerou que houve aspectos positivos, no total, quinze (oito brasileiros e sete cabo-verdianos), na sua decisão de vir para este país. Catorze apontaram como aspectos positivos as maiores oportunidades encontradas em Portugal em termos de emprego, apesar de três destes considerarem que actualmente a situação já é diferente, nomeadamente por causa da crise económica sentida no país, como referiu Júlia:

notei uma diferença total em relação ao Brasil. Na altura em que cheguei, sim. Na altura era óptimo. Hoje em dia tenho consciência que só pessoas com experiência no ramo, como eu tenho, têm oportunidades aqui. Os outros não, são devorados, se ganharem 600 euros por mês têm de ficar felizes (Júlia, 43 anos, há 23 anos em Portugal).

Um dos cabo-verdianos considerou que as vantagens não se relacionam com o mercado de trabalho, mas só com o acesso à saúde.

Um imigrante brasileiro e uma cabo-verdiana consideraram que não há mais vantagens em Portugal do que nos seus respectivos países, nomeadamente Gilberto que defendeu existirem oportunidades tanto em Portugal como no Brasil, a diferença está na dimensão dos dois países:

o Brasil tem uma situação que não tem a ver com ter mais oportunidades, a questão é que a concorrência lá é muito maior, ou seja, quando surge uma vaga no Brasil concorrem 500/600 pessoas e ao contrário daquilo que se pensa dessas pessoas, dependendo do cargo a ser ocupado, muitas delas têm qualificações extraordinárias. Enquanto aqui, além de a população ser menor, logicamente quando se abre uma vaga não concorre o mesmo número de pessoas do que no Brasil. A oportunidade em si existe tanto num lado como no outro, o problema não é a oportunidade, é a concorrência que vai haver para aquele lugar (Gilberto, 40 anos, há dez anos em Portugal).

Uma imigrante brasileira e duas imigrantes cabo-verdianas não destacaram aspectos positivos.

3.3. Discriminação laboral: percepções dos entrevistados

Tendo em atenção a questão da discriminação, que, como referido anteriormente, poderá concorrer como um factor de influência na situação dos imigrantes, seja por motivos ligados à sua nacionalidade diferente, sob a qual se debruça a presente dissertação, seja por outras razões, entre as quais a língua ou a etnia, uma parte significativa dos indivíduos entrevistados para este estudo reconheceram que a discriminação não se impõe como um factor de peso na sua integração em Portugal, e em especial no mercado de trabalho.

No quadro 3.5. encontram-se esquematizadas as experiências dos 20 imigrantes em relação a situações de possível discriminação no mercado de trabalho.

Quadro 3.5.

Situações de discriminação sentidas pelos imigrantes entrevistados

	Entrevistados brasileiros	Entrevistados cabo-verdianos	Total
Nunca sentiu	3	8	11
Sentiu, mas só no início	5	-	5
Sentiu, mas só actualmente	1	-	1
Sentiu sempre	1	2	3

Onze imigrantes (três brasileiros e oito cabo-verdianos) afirmaram nunca ter sentido uma situação concreta de discriminação, sendo que alguns confessaram até receberem, ou terem já recebido, salários mais elevados do que alguns colegas portugueses ou de outra nacionalidade na mesma situação profissional. O cabo-verdiano Rui foi um deles:

era tudo igual em relação aos portugueses. Eu até ganhava mais do que alguns colegas, eles até reclamavam. Até hoje tenho colegas que ainda lá estão na empresa que criticam o patrão porque ele me mandou embora e eu fui indemnizado. Portanto, até é o contrário. Eles é que se sentem marginalizados e são portugueses (Rui, 57 anos, há 37 anos em Portugal).

Cinco imigrantes brasileiros disseram ter já sentido alguma discriminação, mas actualmente já não. Três deles salientaram as dificuldades de integração no mercado de

trabalho, que se acentuaram por serem imigrantes brasileiros, e dois deles destacaram não propriamente situações de “discriminação”, mas antes de uma certa estranheza, receio de algumas pessoas à sua volta.

Uma imigrante brasileira e duas imigrantes cabo-verdianas disseram ter sentido sempre dificuldades na sua integração no mercado de trabalho, que foram reforçadas por serem, respectivamente, imigrante brasileira, uma cidadã estrangeira e imigrante/negra.

Maria confessou sentir apenas recentemente discriminação na integração no mercado de trabalho, acentuada pelo facto de ser imigrante brasileira.

Deste modo, pode concluir-se uma diferença evidente no que toca às experiências retratadas pelos imigrantes contactados segundo a nacionalidade: por um lado, metade dos imigrantes brasileiros confessou que já sentiu situações de discriminação no mercado de trabalho, mas apenas no início da sua chegada a Portugal, sendo que três dos restantes garantiram nunca ter sentido qualquer discriminação laboral. Por outro lado, há um predomínio evidente das situações dos imigrantes cabo-verdianos que disseram nunca ter sentido qualquer experiência de discriminação no emprego (no total, oito entrevistados cabo-verdianos responderam neste sentido). Ainda assim, é curioso verificar que as únicas duas entrevistadas cabo-verdianas que não deram uma resposta nesse sentido apresentaram uma resposta totalmente oposta, afirmando que sempre sentiram discriminação laboral.

Estas tendências nos trajectos dos imigrantes não apresentam distinções ao nível das qualificações dos mesmos. De facto, independentemente do grau de qualificação dos indivíduos, os de origem brasileira revelaram uma maior incidência em situações em que a discriminação existiu inicialmente e os nascidos em Cabo Verde apresentaram uma maior concentração em trajectos não marcados pela influência da discriminação. Esta situação poderá ser justificada pelo maior tempo de residência em Portugal dos entrevistados cabo-verdianos em relação aos brasileiros, sendo que seis cabo-verdianos e apenas dois brasileiros estavam em Portugal há 15 anos ou mais, no momento da entrevista. Por esse facto, as memórias de todo o percurso em Portugal podem ficar mais vagas, enquanto as dos imigrantes há menos tempo no país estão mais presentes, tornando-se mais fácil detectar e falar de possíveis situações discriminatórias.

Apesar do presente estudo não ter como objectivo a avaliação das diferenças entre os géneros, é interessante verificar que foram mais as mulheres que contaram ter sentido situações de discriminação e, das poucas referências nesse sentido, foram apenas elementos do sexo feminino que responderam ter sentido sempre discriminação laboral. Não descartando o facto de se tratar de situações relatadas pelos entrevistados e sujeitas à sua própria interpretação, poder-se-á relacionar estas trajectórias com a acumulação por parte

destas mulheres de características conducentes a atitudes discriminatórias (imigrantes e pertencentes ao sexo feminino).

Mas a referência a práticas discriminatórias deverá ser examinada de modo a compreender aquilo que, de facto, é interpretado pelos entrevistados como uma situação de discriminação, o que poderá suscitar diferentes aceções. Além disso, as razões apontadas pelos indivíduos para a presença das referidas práticas revestem-se de um especial interesse, numa avaliação possível daquilo que são as trajectórias dos sujeitos descritas por eles próprios, e, como tal, sempre envolvidas na parcialidade das suas próprias experiências de vida.

Assim, analisando mais concretamente os casos dos imigrantes que admitiram ter sentido discriminação na sua tentativa de integração no mercado de trabalho, verifica-se que nem todos partilham os mesmos motivos na base desse tratamento laboral.

Sabendo já que foram mais os imigrantes brasileiros presentes neste estudo que declararam ter sentido, pelo menos nalgum momento, situações de discriminação, poder-se-ão distinguir três tipos de experiências enunciadas pelos entrevistados no que toca a práticas discriminatórias: dificuldade em entrar no mercado de trabalho/não aceitação das respectivas candidaturas a um determinado emprego, desconfiança em relação ao imigrante e trabalho precário.

Dos nove entrevistados que referiram ter já sentido situações de discriminação, três (os brasileiros Leandro e Maria e a cabo-verdiana Alice) justificam esta resposta com as dificuldades encontradas na integração no mercado laboral. Para Leandro, essa situação aconteceu durante a fase inicial da sua chegada a Portugal e de uma maneira subtil:

eu tentei trabalhar em lojas e acho que a aceitação não era muito boa. Nunca ninguém me disse directamente. Mas não me chamavam (Leandro, 30 anos, há seis anos em Portugal).

Para este imigrante, de 30 anos, o facto de ser brasileiro terá estado na origem da sua dificuldade em aceder a determinadas profissões; ainda assim, trata-se de uma interpretação muito pessoal, como assumiu o próprio, que acrescentou que, no momento da entrevista, na área da restauração onde trabalhava recebia até mais do que os seus colegas portugueses na mesma função.

Mas para Maria e Alice os obstáculos encontrados na candidatura a determinadas funções profissionais foram mais patentes. A brasileira Maria, licenciada em Patologia Clínica, função que nunca exerceu até ao momento em Portugal, após ter-se inscrito no centro de emprego, foi chamada para trabalhar como cozinheira numa casa particular, dada a sua experiência em funções similares anteriormente.

E era para ganhar muito bem. Quando cheguei lá a senhora olhou para mim e disse: “ah, mandaram-me a pessoa errada”. Eu perguntei por quê e ela respondeu: “porque eu quero uma

cozinheira branca [Maria tem a pele clara], de olhos azuis e cabelo amarelo. Para mim você é preta e beijuda”. Ainda me disse que queria uma empregada ucraniana, mas não me perguntou de onde eu era. Foi a única pessoa de quem eu senti discriminação (Maria, 54 anos, há 15 anos em Portugal).

Para Maria, a única entrevistada que assegurou sentir discriminação apenas nos últimos anos, a dificuldade do mercado de trabalho responder à oferta existente na actualidade conduziu à generalização do desemprego, especialmente no caso dos imigrantes brasileiros, devido à sua chegada massiva a Portugal, a partir de finais dos anos 90, conforme mencionado anteriormente.

Já Alice, uma das entrevistadas cabo-verdianas que assumiu ter sentido sempre discriminação ao nível do mercado de trabalho em Portugal, relatou um episódio em que disse ter sido vítima de discriminação, apesar de não lhe ter sido dito algo nesse sentido de forma directa:

uma vez fiz uma candidatura por escrito a um emprego ligado a prospecção de mercado. Recebi uma carta para ir à entrevista, chego à recepção e digo que vinha para a entrevista e a senhora disse-me que devia ser engano. Eu disse para ver se o meu nome não estava na lista e estava, mas ela já estava a supor que era engano. Pediu-me desculpa e fiquei à espera. Comecei a ver que estava a ficar para o fim, toda a gente que chegou depois de mim era chamada e eu não. Fui a última a ser chamada. Quando apareceu a pessoa que me ia entrevistar, eu entrei no gabinete e a primeira pergunta foi minha: “não se importa de me dizer o que é que tem contra a minha cor?”. Respondeu-me: “não estou a entender a sua pergunta”. E eu: “é que eu cheguei aqui à hora marcada, por escrito, na recepção disseram-me que eu estava enganada sem me perguntarem o nome, todos os candidatos que chegaram depois de mim foram entrevistados e eu sou agora a última. Como não sabem nada de mim, só pode ser pela cor”. Disse-me que eu estava equivocada. E fiquei com o emprego, mas não aceitei por causa dessa situação. Prefiro trabalhar onde sou bem recebida (Alice, 49 anos, há 38 anos em Portugal).

Três dos entrevistados brasileiros revelaram ter sentido inicialmente uma desconfiança por parte dos portugueses na sua integração no mercado de trabalho, mesmo quando já exerciam uma determinada função. Fábio, Gilberto e Luciana manifestaram a sua convicção de que existe uma certa “estranheza” inicial quando os autóctones se deparam com brasileiros a exercer determinados cargos. Mas se Luciana associou essa situação à vaga de imigrantes brasileiros presentes em Portugal, confessando nunca ter experienciado directamente um episódio de discriminação, Fábio explicou:

nesta empresa em que estou agora senti muitas dificuldades porque as pessoas diziam-me que certas coisas no trabalho não iam dar certo, “um brasileiro neste tipo de trabalho”. Tanto que muitas vezes perguntavam ao meu chefe se ele confiava em mim, por ser brasileiro, e aí contou uma questão de política, de personalidade dos patrões. Eles disseram-me que para

eles tanto fazia eu ser brasileiro, branco, amarelo... lam ver aquilo de que eu era capaz (Fábio, 46 anos, há 11 anos em Portugal).

Fábio e Gilberto partilharam a ideia de que essa desconfiança inicial acaba por desaparecer com o contacto com os imigrantes. Para Gilberto existe um preconceito relativamente às profissões desempenhadas pelos brasileiros em Portugal:

as pessoas criam rótulos até conhecerem, até falarem, até se comunicarem e então vai abaixo o rótulo, acaba por se perceber que não é bem assim (Gilberto, 40 anos, há dez anos em Portugal).

Gilberto considerou mesmo que, “caído esse rótulo”, o empenho dos brasileiros no mercado de trabalho luso pode até permitir-lhes obter vantagens adicionais:

por exemplo a nível comercial eu notava que quando as pessoas falavam comigo por telefone ficavam um pouco menos abertas a uma demonstração. Quando eu conseguia fazê-la corria muito melhor porque eu acho que as pessoas ficavam de certa forma surpresas pela pessoa que ia fazer a demonstração, pela forma como a demonstração decorria, como as coisas aconteciam. Pelo contrário, eu acho que pelo facto de ser brasileiro se se souber fazer consegue-se ter um ponto diferencial (Gilberto, 40 anos, há dez anos em Portugal).

Mas para outros três imigrantes (as brasileiras Dulce e Júlia e a cabo-verdiana Celina) as práticas discriminatórias apontadas decorreram na execução da sua própria profissão associadas às dificuldades emergentes no mercado de trabalho. Dulce descreveu um percurso no mercado de trabalho português marcado pela instabilidade e a precariedade, atribuindo-o ao facto de ser uma cidadã brasileira:

eles não pagam subsídios, nem as férias, mas sabem que têm de pagar. Até mesmo ao funcionário a “part time”. Mas eles não pagam. Se estamos a recibos verdes eles eliminam-te, tiram-te do emprego, mesmo antes de te contratar. Isso aconteceu comigo. Quando queremos um contrato eles acabam por nos mandar embora (Dulce, 53 anos, há sete anos em Portugal).

Já a cabo-verdiana Celina, que relatou ter sentido sempre discriminação no mercado laboral em Portugal, sublinhou que o facto de não ter nacionalidade portuguesa lhe dificultou a progressão na carreira. Celina trabalhou algum tempo num projecto de intervenção comunitária, ligado à comunidade cabo-verdiana em Portugal, mas acabou por ser afastada da função que exercia, alegadamente por ter vindo para Portugal com o estatuto de bolseira numa altura em que os aspectos burocráticos do mesmo ainda não estavam finalizados:

enquanto estive a trabalhar e a estudar, num projecto financiado pelas Nações Unidas, aquilo que valeu foi a minha competência. Mas agora volta e meia estou a ouvir que se tivesse a nacionalidade portuguesa talvez tivesse tido mais oportunidades. Mas eu continuo a dizer que é para quem nasceu num país que deve ir essa preocupação de ter a nacionalidade (Celina, 50 anos, há 20 anos em Portugal).

3.4. Síntese e análise comparativa

Tendo em conta as entrevistas realizadas bem como os objectivos elaborados inicialmente na construção deste trabalho, impõe-se analisar a presença de singularidades e/ou diferenças no que respeita aos trajectos dos indivíduos em questão, de acordo com os factores que serviram de base ao presente estudo: a nacionalidade e a categoria socioprofissional.

Assim, de destacar que 11 dos entrevistados estudavam no seu país de origem, aquando da decisão de emigrarem (onde se incluem entrevistados que emigraram para um outro país que não Portugal anteriormente), não existindo diferenças de destaque quanto à nacionalidade dos mesmos (cinco brasileiros e seis cabo-verdianos estudavam no seu país “natal”).

Quatro entrevistados desempenhavam funções em profissões associadas a médias qualificações, sendo dois de origem brasileira e os restantes dois de origem cabo-verdiana. Dois entrevistados, um brasileiro e um cabo-verdiano, executavam funções em profissões associadas a elevadas qualificações. Já um dos entrevistados brasileiros encontravam-se em situação de desemprego, enquanto nenhum cabo-verdiano estava desempregado, o que será curioso observar dado que no momento da entrevista sete dos cabo-verdianos se defrontavam com situações de desemprego. Um entrevistado cabo-verdiano exercia no seu país de nascimento uma profissão cuja categoria socioprofissional é associada a mais baixas qualificações.

Para o referido grupo de entrevistados salientam-se os casos em que Portugal foi o primeiro país para onde emigraram, exceptuando-se as situações de um dos imigrantes brasileiros e de três imigrantes cabo-verdianas. A este respeito convém analisar que os tempos de estada nos países para onde emigraram antes de virem para Portugal tenderam a ser breves, com excepção da cabo-verdiana Ana, que passou 20 anos em Espanha. Já o brasileiro José emigrou primeiro para os Estados Unidos, um ano antes de rumar a Portugal, e Paula e Zenaida estiveram cerca de dois anos na Holanda e na Holanda e França, respectivamente, não se evidenciando diferenças significativas quanto à nacionalidade e à categoria socioprofissional dos entrevistados.

Relativamente às razões por detrás da decisão de abandonar o seu país de origem, a nacionalidade sugere algumas diferenças que permitem, numa perspectiva comparativa, encontrar diversidades entre as experiências dos cidadãos brasileiros e dos cidadãos cabo-verdianos entrevistados. A este respeito verifica-se que os imigrantes de origem brasileira tenderam a apontar a importância das dificuldades no emprego no seu país de origem como um dos motivos mais relevantes para a sua tomada de decisão de emigrar. Além deste é de salientar também a importância de outros dois factores: a ligação entre Portugal e Brasil,

nomeadamente no que toca à facilidade permitida pela língua e pelos aspectos burocráticos em termos de vistos de entrada no país, e a influência de amigos e familiares já presentes no país de destino.

Já os imigrantes vindos de Cabo-Verde distinguiram as oportunidades do mercado de trabalho português como um dos motivos que mais influenciaram a sua decisão, seguindo-se a continuação dos estudos, o que não será de estranhar dado o número de cidadãos cabo-verdianos que eram ainda estudantes no momento em que mudaram de país.

Apesar de em menor número, será ainda interessante verificar que para dois dos imigrantes brasileiros a perspectiva de uma maior segurança influiu decisivamente na sua resolução de emigrar para Portugal, estando este factor ligado à instabilidade gerada pela criminalidade naquele país.

Ainda quanto à decisão de emigrar, não se detectam grandes oscilações resultantes das diferenças no estatuto socioprofissional dos entrevistados; a nacionalidade parece sugerir as principais diversidades nas experiências relatadas.

Outra das situações que se revelou comum a grande parte dos trajectos dos imigrantes em análise é a realização de diferentes profissões ao longo da sua estada em Portugal, independentemente da sua nacionalidade e das suas qualificações. Tomemos como exemplo os casos dos brasileiros Gilberto e Helena. Apesar de pertencerem, grosso modo, à mesma categoria socioprofissional, os seus trajectos apresentam diferenças quanto à variedade de profissões desempenhadas. Enquanto Gilberto contou ter trabalhado apenas em dois locais, primeiro como director comercial de uma empresa multinacional e depois abrindo a sua própria empresa e assumindo funções como director geral, Helena demonstrou um percurso bem distinto, executando funções profissionais sem qualquer ligação à sua formação, associadas a um estatuto socioprofissional distinto daquele que tinha no Brasil enquanto jornalista e assessora do governo de Brasília.

Ainda assim, analisando em maior profundidade as experiências profissionais dos imigrantes, subsistem algumas diferenças com base no factor nacionalidade. Regra geral, os imigrantes brasileiros revelaram em maior número ter executado diferentes profissões em diferentes áreas de actividade, mas com tendência para uma maior estabilidade profissional com o passar do tempo. Já entre os cabo-verdianos a tendência é para que tenham desempenhado diferentes profissões em diferentes áreas, mas com manutenção da instabilidade no emprego até ao momento presente, o que se torna visível na quantidade de entrevistados com origem em Cabo Verde em situação de desemprego aquando das entrevistas.

Já no que toca ao factor categoria socioprofissional, o facto de os imigrantes cabo-verdianos estarem em maior número em situação de desemprego parece ter um peso

significativo na opção de considerarem os seus percursos instáveis até ao momento. Dos nove imigrantes entrevistados (três brasileiros e seis cabo-verdianos) que assumiram ter desempenhado funções em diferentes áreas sem alteração da instabilidade laboral, seis encontravam-se em situação de desemprego no momento da entrevista (apenas uma brasileira nesta situação, Maria, e cinco cabo-verdianos). Neste sentido, não será de estranhar que os únicos imigrantes a revelarem ter tido várias profissões em diferentes áreas com aumento de estabilidade estejam empregados na actualidade (os brasileiros Fábio, vendedor, José, empregado de restauração, Helena, jornalista, e Júlia, treinadora de equitação).

Os obstáculos encontrados pelos imigrantes no mercado de trabalho nacional evidenciam também algumas diferenças em função da nacionalidade. Enquanto sete brasileiros referiram ter sentido dificuldades só na fase inicial da sua chegada a Portugal, apenas dois cabo-verdianos destacaram esta situação. Por outro lado, cinco imigrantes com origem em Cabo Verde declararam ter sentido sempre dificuldades, situação apenas descrita por um brasileiro.

Quanto ao tipo de dificuldades surgem também experiências distintas tendo como base a nacionalidade, já que os brasileiros contactados tenderam a apontar a ligação dos brasileiros em Portugal a determinadas profissões de mais baixo estatuto socioprofissional, bem como a discriminação de que estes cidadãos são vítimas no mercado de trabalho como as principais dificuldades encontradas. Os cabo-verdianos, por seu turno, asseguraram que os maiores obstáculos relacionaram-se com as dificuldades do próprio mercado de trabalho de uma forma geral, agravadas, segundo alguns, pelo facto de sofrerem um tratamento desigual por serem cabo-verdianos.

Relacionando o factor socioprofissional com as dificuldades encontradas ou não pelos entrevistados é de salientar que, ao contrário do que uma primeira análise poderia sugerir, um número significativo de desempregados (todos de origem cabo-verdiana dada a proporção dos mesmos neste grupo de indivíduos) não revelou ter sentido dificuldades de integração no mercado de trabalho. Aliás, das três entrevistadas que assumiram ter sentido sempre dificuldades no mercado de trabalho português, duas encontravam-se empregadas no momento da entrevista, apesar de o fazerem em profissões de baixo e médio estatuto socioprofissional (Dulce, doméstica, e Celina, operadora de “call center”).

Mas se no caso das dificuldades se verificam diferenças quanto à nacionalidade, o mesmo não acontece no caso dos aspectos positivos encontrados no mercado de trabalho nacional. Quinze entrevistados responderam ter descoberto vantagens no mercado laboral português, sendo oito de origem brasileira e sete de origem cabo-verdiana. De entre estes de salientar a importância das oportunidades do mercado laboral em termos de acesso ao

emprego, que se constitui como o aspecto positivo destacado por estes imigrantes de ambas as nacionalidades.

A este nível o estatuto socioprofissional dos respondentes não parece determinar significativamente os seus trajectos, sendo que uma parte significativa das suas respostas apontaram no mesmo sentido. Ainda assim, das três entrevistadas que revelaram não ter detectado quaisquer vantagens em Portugal, duas estavam desempregadas e a restante desempenhava funções como cozinheira, tendo contado que chegou a abrir um restaurante em Portugal, quando chegou, mas acabou por ter de o encerrar devido às dificuldades económicas.

Relativamente às possíveis situações de discriminação no mercado de trabalho, subsistem algumas diferenças tendo em atenção a nacionalidade dos indivíduos contactados. Enquanto oito imigrantes cabo-verdianos reconheceram nunca ter experienciado qualquer situação de discriminação, apenas três brasileiros o consideraram também para os seus trajectos. Entre os imigrantes brasileiros a situação mais comum, presente em cinco casos, foi ter sentido discriminação, mas apenas numa fase inicial da sua chegada a Portugal.

Se olharmos para a questão da categoria socioprofissional não se vislumbram diferenças de destaque; a situação profissional dos entrevistados no momento da entrevista não oferece ligações evidentes com a maior ou menor propensão para a vivência de casos de discriminação. Contudo, das três entrevistadas que confessaram ter sentido sempre situações de discriminação no mercado de trabalho português duas estavam desempregadas aquando da entrevista, sendo a restante, Celina, operadora de “call center”.

Mas quando aprofundado este tema, de forma a compreender o tipo de situações vividas pelos entrevistados, no que toca à nacionalidade, como referido anteriormente, são os imigrantes brasileiros aqueles que mais disseram ter sentido este tipo de experiência, como revela o quadro 3.6.

Quadro 3.6.

Tipo de situações de discriminação laboral sentidas pelos imigrantes entrevistados

	Entrevistados brasileiros	Entrevistados cabo-verdianos	Total
Não sentiu	3	8	11
Dificuldade em entrar no mercado de trabalho/não aceitação das respectivas candidaturas	2	1	3
Desconfiança em relação ao imigrante e trabalho precário	3	-	3
Trabalho precário	2	1	3

Assim, será mais pertinente averiguar o tipo de situações descritas pelos imigrantes em relação à respectiva categoria socioprofissional. A esse nível, para os três tipos de situações

descritos e que agregam as diversas experiências dos entrevistados, de realçar que dos três imigrantes que alegaram ter sofrido discriminação ao tentar entrar no mercado de trabalho e/ou ainda na fase de candidatura a um determinante emprego dois estavam desempregados no momento da entrevista e um exercia funções numa profissão associada a médias qualificações, como cozinheiro. No que concerne àqueles imigrantes que relataram ter experienciado situações de desconfiança inicial no mercado laboral, dois exerciam profissões associadas a médias qualificações e um a elevadas qualificações. Em relação ao terceiro tipo de situação ligada às condições de trabalho, responderam neste sentido três entrevistadas a desempenhar profissões cuja categoria socioprofissional se associa a médias qualificações.

De modo a compreender melhor as expectativas dos entrevistados será relevante verificar que não se definem diferenças baseadas quer na nacionalidade quer no estatuto socioprofissional em relação à sua intenção de ficar em Portugal ou regressar ao seu país “natal”. Independentemente da nacionalidade e do estatuto socioprofissional dos entrevistados, há uma tendência para que estes queiram permanecer em Portugal no futuro, com catorze entrevistados a assumirem querer ficar no país. Tal situação verifica-se nos casos de seis brasileiros e de oito cabo-verdianos, não sendo de desprezar o efeito que o tempo de residência em Portugal poderá ter nesta decisão.

De facto, é curioso verificar que, apesar de as situações de desemprego na actualidade serem mais comuns aos cabo-verdianos entrevistados, são estes que mais referiram querer permanecer em Portugal, sendo que são também eles que, regra geral, se encontram há mais tempo no país. Além disso, os únicos dois cabo-verdianos que confessaram a sua vontade de voltar a Cabo Verde foram Conceição, 28 anos, que se encontra há sete anos em Portugal, e Paulo, 51 anos, que, apesar de ter vindo para Portugal há mais tempo (11 anos), justificou a sua situação de grande instabilidade profissional e económica como motivadora para o regresso ao país “natal”.

Quanto ao estatuto socioprofissional, este não surge como condição que influa nas decisões dos entrevistados. Se é verdade que Gilberto, director geral de uma empresa, confessou a sua intenção de continuar em Portugal tal como as desempregadas Zenaida ou Alice, também a jornalista Helena e os desempregados Paulo e Maria reconheceram o seu desejo de voltar ao seu respectivo país de origem.

Ainda assim, convém não desprezar a importância do factor emprego na intenção dos imigrantes entrevistados quererem ou não continuar em Portugal. Por um lado, a única brasileira em situação de desemprego, Maria, pretendia voltar ao Brasil, após terminar os seus estudos, para começar uma nova carreira com base nos conhecimentos adquiridos em Portugal e apesar das dificuldades enfrentadas neste país. Por outro lado, os dois

imigrantes cabo-verdianos que admitiram aspirar a um regresso àquele país africano estavam também em situação de desemprego, apesar das suas qualificações distintas (Paulo, sexto ano de escolaridade, e Conceição, licenciada em Direito).

De entre os seis entrevistados que revelaram querer regressar ao seu país de origem totalizavam-se quatro brasileiros e dois cabo-verdianos. Como já mencionado, Maria, que estava no momento da entrevista a terminar um curso de Pastelaria, pretendia regressar depois ao Brasil para abrir uma pastelaria e uma geladaria. Já a cabo-verdiana Conceição, desempregada na altura em que decorreu a entrevista, tencionava terminar o mestrado em Portugal e regressar depois a Cabo Verde para trabalhar na sua área de formação.

De entre os entrevistados que garantiram querer regressar ao seu país de nascimento todos pensavam fazê-lo não imediatamente mas a médio prazo, à excepção de Paulo. Leandro, cozinheiro, e Gabriel, segurança, pretendiam voltar ao Brasil dentro de poucos anos, procurando no futuro imediato organizar as suas vidas. Já Helena, jornalista correspondente num jornal brasileiro, encontrava-se a organizar um Festival de Cinema Lusófono, pelo que só posteriormente tencionava regressar ao seu país de origem. Há ainda a referir o caso de Paulo, desempregado há dois anos, no momento da entrevista, que assegurou já não compensar a sua presença em Portugal.

No conjunto dos entrevistados que revelaram querer continuar em Portugal, três dos imigrantes brasileiros e dois cabo-verdianos afirmaram pretender completar os seus estudos, de modo a reforçar as suas possibilidades de serem bem sucedidos no mercado de trabalho nacional.

Contudo, será relevante salientar neste sentido a especificidade da situação dos imigrantes cabo-verdianos entrevistados, dada a proporção verificada destes indivíduos em situação de desemprego. Dos sete cabo-verdianos desempregados aquando da entrevista cinco mantinham a intenção de ficar em Portugal no futuro, enquanto a única brasileira desempregada tinha como objectivo formar-se em Portugal para recomeçar uma carreira no Brasil.

CONCLUSÃO

Com vista aos objectivos traçados inicialmente, o ponto de partida para a elaboração do presente trabalho foi a análise dos percursos migratórios e profissionais e das percepções de discriminação de 20 imigrantes de origem brasileira e cabo-verdiana. Não tendo como pretensão emitir conclusões para os universos mais abrangentes das respectivas comunidades, o presente estudo visou antes perceber os trajectos concretos deste conjunto de cidadãos de origem estrangeira, que, por opção própria ou de terceiros, (re)construíram um percurso em Portugal e estabeleceram uma experiência específica com o mercado de trabalho nacional.

Se é certo que, logo à partida, os imigrantes contactados tinham características distintas, nomeadamente, e desde logo, no que se refere à nacionalidade e categoria socioprofissional, mas também em termos de formação, idade e género, é também correcto identificar semelhanças nas suas trajectórias e experiências laborais.

No que se relaciona com a decisão de emigrar para Portugal, evidenciaram-se algumas semelhanças baseadas na nacionalidade dos entrevistados, o mesmo não acontecendo quando comparado o factor categoria socioprofissional. Existe uma maior propensão para que os brasileiros apontassem as dificuldades no mercado de trabalho no Brasil e os cabo-verdianos as oportunidades do mercado laboral em Portugal como determinantes para a sua resolução.

O percurso laboral no país de acolhimento apresenta-se como uma parte importante, senão mesmo fundamental, para a integração dos imigrantes no local de acolhimento. Neste sentido, no que toca aos trajectos no mercado de trabalho em Portugal, pôde verificar-se que quer a nacionalidade quer a categoria socioprofissional concorrem como factores diferenciadores dos percursos retratados. Por um lado, os imigrantes de origem brasileira revelaram trajectos marcados pela realização de diferentes profissões em áreas de actividade distintas, mas com tendência a um aumento da estabilidade no emprego ao longo do tempo; por outro lado, os imigrantes nascidos em Cabo-Verde, e convém destacar aqui a situação de desemprego de uma parte expressiva dos entrevistados cabo-verdianos no momento da entrevista, tenderam a descrever trajectos marcados pela execução de diferentes profissões igualmente em diferentes áreas de actividade, mas em que a instabilidade laboral não se altera com o passar do tempo. Em termos do estatuto socioprofissional, sobressai o facto de serem os entrevistados em situação de desemprego no momento da entrevista que em maior número indicaram ter desempenhado profissões distintas em áreas diferentes, mantendo-se a instabilidade até à actualidade.

Relativamente às dificuldades encontradas na integração laboral dos imigrantes, é mais uma vez o factor nacionalidade que mais distingue os trajectos dos entrevistados, e não

tanto a categoria socioprofissional dos mesmos. Os imigrantes brasileiros em análise referiram uma alegada associação dos cidadãos brasileiros a determinadas profissões cujo estatuto socioprofissional tende a ser mais baixo, seguida pela discriminação no mercado de trabalho experienciada pelos mesmos. Já os cabo-verdianos realçaram as dificuldades do próprio mercado de trabalho português, de uma forma geral, como a principal causa para os obstáculos enfrentados. No que se refere à decisão de emigrar para Portugal, se se atender à tendência verificada nos cidadãos oriundos de Cabo Verde evocarem as expectativas nas oportunidades do mercado de trabalho nacional, pode concluir-se que não será de estranhar uma certa desilusão em relação às esperanças depositadas no processo migratório.

Contudo, mais abrangentes mostraram-se os aspectos positivos encontrados no mercado laboral, evidenciando-se linhas comuns entre a maioria dos entrevistados. Independentemente da sua origem e da sua categoria socioprofissional, a tendência é para que os respondentes admitam ter descoberto vantagens na sua adaptação ao mercado de trabalho.

Focando-nos concretamente na existência de possíveis situações de discriminação laboral, será interessante constatar que as principais diferenças assentam na nacionalidade dos entrevistados. De uma forma geral, a reprodução de situações de discriminação e de representações sociais associados aos indivíduos de origem estrangeira foi mais fortemente descrita pelos brasileiros contactados.

Quando confrontados com esta temática, a maioria dos entrevistados cabo-verdianos declarou nunca ter sentido qualquer situação de discriminação no mercado de trabalho, enquanto no conjunto dos seus congéneres brasileiros foi dada a resposta contrária. Tal situação torna-se ainda mais curiosa dado o número de respondentes oriundos de Cabo-Verde que revelaram ter possuído sempre até ao momento uma situação laboral instável.

Para aqueles entrevistados que confessaram ter vivido situações de discriminação laboral (na sua maioria de origem brasileira), definiram-se três tipos de condições: uma em que os entrevistados experienciaram estas situações na sua tentativa de entrar numa determinada profissão/acesso ao emprego, outra ligada à discriminação inicial no emprego associada à sua nacionalidade e a última remetendo para as condições laborais. Aqui, para além das já referidas distinções em termos de nacionalidade, concluiu-se que foram entrevistados em situação de desemprego que mais referiram a primeira modalidade; os imigrantes empregados no momento da entrevista, em profissões associadas a médias e elevadas qualificações, foram aqueles que mais disseram ter sentido discriminação inicial no emprego baseada na nacionalidade e foram igualmente indivíduos empregados, em profissões associadas a médias qualificações, que abordaram a discriminação presente nas condições laborais.

Através das percepções descritas pelos imigrantes e aqui analisadas, o tempo de residência em Portugal parece contribuir para uma mudança na forma como os entrevistados encaram a questão da discriminação no mercado de trabalho nacional. Para além das diferenças já mencionadas, o factor tempo de residência fez variar as perspectivas dos imigrantes, verificando-se que aqueles que estão há mais tempo em Portugal, essencialmente de origem cabo-verdiana, tenderam a revelar não ter sentido em qualquer momento discriminação laboral, não sendo de desvalorizar os prováveis efeitos que a passagem dos anos teve na lembrança de possíveis situações deste tipo.

Paralelamente a isto, há também a concluir que para alguns imigrantes o tempo de permanência em Portugal fê-los encarar de forma particular as situações de discriminação, passando de uma desconfiança inicial, mas não menos discriminatória, associada à sua nacionalidade, para uma “queda dos rótulos”, e um percurso cada vez menos marcado por situações discricionárias. Este tipo de percepção esteve patente nos testemunhos dos imigrantes brasileiros.

Finalmente, nem a nacionalidade nem a categoria socioprofissional parecem definir diferenças quanto aos planos de futuro dos entrevistados. De notar que se registou uma tendência para que os imigrantes, de ambas as nacionalidades, partilhassem a vontade de permanecer em Portugal no futuro, mas não se apuraram distinções com base nos factores evocados, sendo, portanto, uma decisão muito mais individual e dependente das características pessoais nas quais uma multiplicidade de factores entra em jogo. Contudo, o tempo de residência poderá contribuir para alterar as expectativas de futuro dos imigrantes, seja por via de uma maior integração gradual no mercado de trabalho seja pela ligação estabelecida com o país de acolhimento ao longo do tempo.

Com a execução do presente estudo foi possível identificar algumas singularidades e semelhanças entre imigrantes brasileiros e cabo-verdianos e imigrantes de diferentes categorias socioprofissionais nos respectivos percursos no mercado de trabalho português. Apesar das dificuldades actuais comuns a muitos cidadãos quer nacionais quer de origem estrangeira no acesso ao emprego e nas condições laborais, reflectindo-se por exemplo na diversidade de profissões desempenhadas e nas dificuldades enfrentadas em termos de salários e insegurança contratual, será importante lembrar que em alguns casos os progressos profissionais são uma realidade não apenas exclusiva dos cidadãos autóctones.

De facto, como alguns dos entrevistados são exemplo, a capacidade dos indivíduos se adaptarem e serem polivalentes num contexto de grande competitividade e instabilidade profissionais torna-se essencial, contribuindo como uma forma de melhorar a experiência dos cidadãos nas várias esferas da vida, nomeadamente a nível económico e profissional, mas também social ou cultural. Actualmente, a percepção de que, a par do investimento na

formação e da melhoria das qualificações, o trajecto no país de destino pode ser beneficiado com a capacidade do imigrante se moldar a diferentes realidades profissionais, poderá ser a “chave” para um futuro mais estável e promissor e simultaneamente mais enriquecedor nas experiências destes cidadãos.

Muitos dos entrevistados que reconheceram sentir uma melhoria na estabilidade profissional no seu percurso em Portugal não deixaram de passar por situações de instabilidade e insegurança laborais neste país, mas fizeram delas uma mais-valia na sua experiência e uma parte importante do seu saber enquanto trabalhadores estrangeiros.

Deste modo, o conhecimento dos percursos dos cidadãos de origem estrangeira no mercado de trabalho nacional revela-se indispensável para os avanços nas políticas de protecção ao imigrante, permitindo concretizar as suas vivências, obstáculos e oportunidades que merecem a atenção das autoridades governamentais, tanto quanto as experiências dos trabalhadores autóctones.

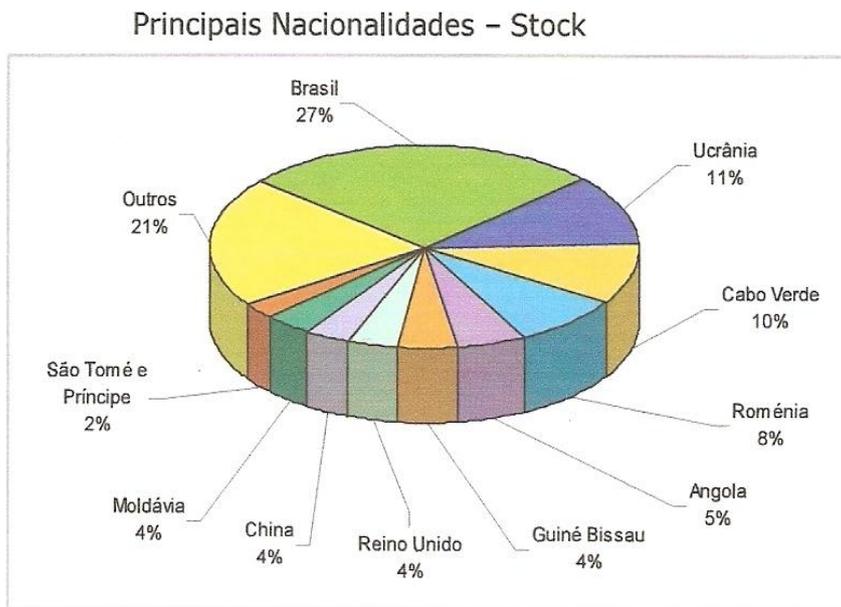
BIBLIOGRAFIA

- Abranches, Maria e Fernando Luís Machado (2005), "Caminhos Limitados de Integração Social - Trajectórias socioprofissionais de cabo-verdianos e hindus em Portugal", *Sociologia – Problemas e Práticas*, (48), pp. 69-91
- Canotilho, José Joaquim Gomes (2000), *Direitos Humanos, Estrangeiros, Comunidades Migrantes e Minorias*, Oeiras, Celta Editora
- Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores* (1990), Comissão das Comunidades Europeias, Luxemburgo, SPOCE
- Carvalho, Margarida Domingues (2008), *A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa portuguesa. Uma análise comparativa de dois jornais diários*, Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, Lisboa, ISCTE
- Constant, Amelie F. e Klaus F. Zimmermann (2009), "Work and Money: Payoffs by Ethnic Identity and Gender", *Discussion Paper Series*, (4275)
- Estatísticas Mensais* (2011), Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.
- Estatísticas Mensais* (2010), Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.
- Ferreira, Eduardo de Sousa, Helena Rato e Maria João Mortágua (2004), *Viagens de Ulisses, Efeitos da Imigração na Economia Portuguesa*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas
- Góis, Pedro (2008), *Emigração Cabo Verdiana para (e na) Europa e a sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão, Roterdão*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
- Góis, Pedro e José Carlos Marques (2007), *Estudo prospectivo sobre Imigrantes Qualificados em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
- Igualdade no trabalho: Um desafio contínuo (2011), Relatório Global no quadro do seguimento da Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, Conferência Internacional do Trabalho, BUREAU Internacional do Trabalho Genebra
- Indicators of Immigrant Integration A Pilot Study* (2011), Eurostat, Labour Force Survey
- Kolarova, Marina e João Peixoto (2009), *Sindicatos e imigração em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
- Machado, Fernando Luís e Cristina Roldão (2010), *Imigrantes idosos: uma nova face da imigração em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
- Machado, Fernando Luís (2003), "Imigração e imigrantes em Portugal: parâmetros de regulação e cenários de exclusão", *Sociologia, Problemas e Práticas*, (41), pp. 183-188.
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contrastes e Continuidades, Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras, Celta Editora
- Machado, Fernando Luís (2001), "Contextos e percepções de racismo no quotidiano", *Sociologia – Problemas e Práticas* (36), pp. 53-80
- Machado, Fernando Luís (2000), "Os novos nomes do racismo: especificação ou inflação conceptual?", *Sociologia – Problemas e Práticas* (33), pp. 9-44
- Machado, Fernando Luís (1999), "Imigrantes e estrutura social", *Sociologia – Problemas e Práticas*, (29), pp. 51-76

- Machado, Fernando Luís (1997), "Contornos e especificidades da Imigração em Portugal", *Sociologia – Problemas e Práticas*, (24), pp. 9-44
- Malheiros, Jorge Macaísta (2007), *Imigração Brasileira em Portugal*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
- Marques, João Filipe (2004), *Do «não racismo» português aos dois racismos dos portugueses*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Paris, École Des Hautes Études en Sciences Sociales
- Oliveira, Catarina Reis (2008), *Empresários de Origem Imigrante, Estratégias de Inserção Económica em Portugal*, Dissertação de Mestrado em Estatística, Lisboa, ISEGI
- Peixoto, João (2008), "Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes", *Migrações*, (2)
- Peixoto, João, (2004), "País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal", *Working Paper, (Online)*, (2), Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200402.pdf>
- Peixoto, João (1993), "A emigração portuguesa a partir de 1980: factos estatísticos e modalidades de evolução", *Estudos Demográficos*(31), pp. 35-74
- Pires, Rui Pena, Fernando Luís Machado, João Peixoto e Maria João Vaz (2010), *Portugal: Atlas das Migrações Internacionais*, Lisboa, Tinta da China
- Pires, Rui Pena (2002) "Mudanças na imigração. Uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001", *Sociologia Problemas e Práticas*, (39)
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais, Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora
- Ramos, Conceição (1995), "Desafios da Mobilidade Internacional do Trabalho em Portugal em Portugal", em M. B.Alves *et al* [org.]. *Por onde vai a Economia Portuguesa?*, Instituto Superior de Economia e Gestão, pp. 129-176
- Ramos, Conceição (2003), *Acção Social na Área do Emprego e da Formação Profissional*, Lisboa, Universidade Aberta
- Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo* (2010), SEF
- Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa* (2003), Obercom
- Revista de Estudos Demográficos nº 46* (2009), (Online), Instituto nacional de Estatística, Disponível em:http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=81528281&PUBLICACOESmodo=2
- Santos, Susana Isabel Estanque Travassos (2009), *Promoção da adaptação dos imigrantes brasileiros em Portugal*, Dissertação de Mestrado em Intervenção Comunitária e Protecção de Menores, Lisboa, ISCTE
- The legal implications of multiple discrimination* (2011), European Network Against Racism

ANEXO A

Principais nacionalidades presentes em Portugal, 2010



Fonte: Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, SEF

ANEXO B

Trabalhadores por conta de outrem de nacionalidade estrangeira e total, por habilitações literárias e sexo, 2004

	Estrangeiros				Total	
	Nº	%	Homens	Mulheres	Nº	%
Inferior 1º ciclo ensino básico	8760	7.1	5837	2923	52383	2.1
1º ciclo ensino básico	34882	28.3	21060	13822	675544	26.4
2º ciclo ensino básico	20856	16.9	14172	6684	560967	22.0
3º ciclo ensino básico	27162	22.0	17548	9614	526087	20.6
Ensino secundário e curso prof.	23187	18.8	13786	9401	478364	18.7
Bacharelato e licenciatura	8581	7.0	4851	3730	260959	10.2
Total	123428	100	77254	46174	2554304	100

Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal 2004

ANEXO C

Remuneração-base média e ganho médio dos trabalhadores por conta de outrem estrangeiros e total de empregados, por nível de qualificação, 2004

Nível qualificação	Remuneração base (euros)			Ganho médio (euros)		
	TCO Estrangeiros	Total empregados	Estrang./ total	TCO Estrangeiros	Total empregados	Estrang./ total
Quadros superiores	2614.98	1967.45	1.33	2885.26	2244.33	1.29
Quadros médios	1497.63	1345.16	1.11	1661.33	1576.53	1.05
Enc. cont. chefe equipa	1020.52	954.06	1.07	1192.90	1145.71	1.04
Prof. altam. qualificado	1082.70	1068.86	1.01	1250.24	1311.68	0.95
Prof. qualificado	575.32	617.70	0.93	683.48	741.98	0.92
Prof. semi-qualificado	472.52	507.59	0.93	549.65	601.81	0.91
Prof. não qualificado	417.93	448.75	0.93	493.98	527.52	0.94
Pratic. e aprendiz	412.96	422.05	0.98	476.84	484.27	0.98
Nível desconhecido	556.74	628.34	0.89	681.60	758.19	0.90
Total	617.22	741.41	0.83	718.74	879.62	0.82

Fonte: MTSS/DGEEP, Quadros de Pessoal 2004